



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Sandra Braga Bernardes

A CIDADE COMO DISCURSO

**Uma análise sobre os dis(cursos) dos Programas de Governo direcionados aos espaços
públicos da cidade de São Paulo**

Florianópolis

2023

Sandra Braga Bernardes

A CIDADE COMO DISCURSO

Uma análise sobre os dis(cursos) dos Programas de Governo direcionados aos espaços públicos da cidade de São Paulo

Dissertação submetida à Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Área de concentração Linguística Aplicada, linha de pesquisa Estudos do Campo Discursivo.
Orientador: Prof. Dr. Pedro de Souza

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Braga Bernardes, Sandra

A CIDADE COMO DISCURSO : Uma análise sobre os
dis(cursos) dos Programas de Governo direcionados aos
espaços públicos da cidade de São Paulo / Sandra Braga
Bernardes ; orientador, Pedro de Souza, 2023.

79 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Cidade. 3. Espaço Urbano. 4. Governo.
5. Discurso da Cidade. I. de Souza, Pedro . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Linguística. III. Título.

Sandra Braga Bernardes

A CIDADE COMO DISCURSO

Uma análise sobre os dis(cursos) dos Programas de Governo direcionados aos espaços públicos da cidade de São Paulo

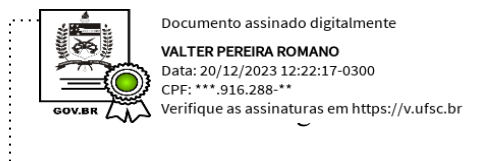
O presente trabalho em nível de exame de Qualificação de Projeto foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Atílio Butturi, Dr.
Instituição PPGL/UFSC

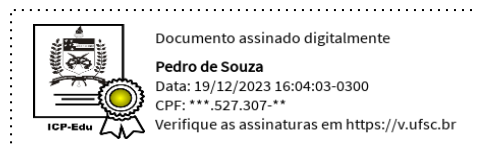
Prof.(a) Greciely Cristina da Costa, Dra.
Instituição UNICAMP/LABEURB

Prof. Daniel Silva, Dr.
Instituição PPGL/UFSC
(Suplente)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção da aprovação de Banca de Qualificação.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Pedro de Souza, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

À Belle, minha paulistana preferida, com amor.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todos que contribuíram de forma significativa para a minha jornada durante o mestrado. Agradeço de coração o apoio incondicional e o constante incentivo da minha família, especialmente ao meu esposo Patrick e minha filha Isabelle, que foram minha fonte de motivação ao longo desse percurso desafiador. Estendo meus agradecimentos à minha mãe Eloide e à minha irmã Sonia, cuja presença amorosa e apoio carinhoso foram fundamentais durante toda essa trajetória. Agradeço imensamente meu irmão Sandro, cuja própria trajetória tem sido uma inspiração constante em minha vida.

Agradeço especialmente meu orientador, o Prof. Dr. Pedro de Souza, cujo afeto, orientação e valiosas considerações foram essenciais para alcançar os resultados que obtive hoje. Sua dedicação e comprometimento com a minha formação acadêmica foram verdadeiramente inspiradores.

Agradeço aos professores da Pós-Graduação da UFSC que compartilharam generosamente seus conhecimentos, orientações e perspectivas valiosas ao longo dessa jornada.

Por fim, expresso minha imensa gratidão a Deus por me guiar meus passos em direção à realização dos meus sonhos. A todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho, meu mais sincero e profundo agradecimento.

*Não existe amor em SP
Um labirinto místico
Onde os grafites gritam
Não dá pra descrever
Numa linda frase
De um postal tão doce
Cuidado com doce
São Paulo é um buquê
Buquês são flores mortas
Num lindo arranjo
Arranjo lindo feito pra você
(CRIOLO, 2011)*

RESUMO

A presente dissertação objetiva promover uma reflexão sobre o planejamento da cidade de São Paulo sob a vertente da análise de discurso. O recorte empírico constitui-se, especificamente, dos projetos de governabilidade voltados para as questões urbanísticas direcionados para os espaços públicos da cidade. Entre esses, selecionamos como corpus de análise discursiva os projetos propostos pelos prefeitos eleitos Marta Suplicy (PT) e João Dória (PSDB) nos anos 2000 e 2016, respectivamente. Por meio do dispositivo da escola francesa de análise do discurso, buscamos identificar como a cidade, em termos de linguagem, se constitui enquanto objeto de discurso. Deste modo, propomos lançar um olhar para as contradições nos discursos políticos da administração municipal, que quando produzido enquanto programa de governo são endereçadas a um destinatário e durante a execução alteram seu endereçamento produzindo diferente imagem discursiva de cidade. Enfim, visando compreender os efeitos e sentidos no planejamento urbano advindos de um modo de pensar a polis, mediante o procedimento analítico adotado nesta dissertação, chegamos ao processo que naturaliza um discurso de cidade para um sujeito e a interdita para outros tantos.

Palavras-chave: cidade; espaço urbano; governo; discurso da cidade.

ABSTRACT

The present dissertation aims to promote a reflection on the city planning of São Paulo from the perspective of discourse analysis. The empirical focus consists specifically of governance projects related to urban issues directed towards the city's public spaces. Among these, we have selected as the corpus for discursive analysis the projects proposed by the elected mayors Marta Suplicy (PT) and João Dória (PSDB) in the years 2000 and 2016, respectively. Using the framework of the French school of discourse analysis, we seek to identify how the city, in terms of language, is constituted as an object of discourse. Thus, we propose to examine the contradictions in the political discourses of municipal administration, which, when produced as a government program, are addressed to a recipient and, during execution, change their addressing, thereby producing a different discursive image of the city. Ultimately, aiming to understand the effects and meanings in urban planning resulting from a way of thinking about the polis, through the analytical procedure adopted in this dissertation, we arrive at a process that naturalizes a discourse of the city for one subject and interdicts it for many others.

Keywords: city; urban space; government; city speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Praça Pôr do Sol cercada por telas.....	21
Figura 2 - Praça Pôr do Sol circundada por tapumes recebendo abraço simbólico.....	22
Figura 3 - Touro de Ouro em frente ao prédio da B3.....	23
Figura 4 - Vaca Magra em frente ao prédio da B.....	23
Figura 5 - Manifestação em prol da criação do Parque Augusta.....	25
Figura 6 - ParCão do Parque Augusta.....	26
Figura 7- Marta Suplicy participa da primeira ação do Projeto Belezura.....	42
Figura 8 - Jovens da Capela do Socorro protestam na inauguração do Projeto Belezura.....	43
Figura 9 - Marta Suplicy corre na inauguração de praça em São Matheus.....	44
Figura 10 - Abandono de zeladoria na Praça dos Libaneses.....	45
Figura 11 – Buracos na Avenida Washintgon.....	46
Figura 12- Região de Santo Amaro repleta de lixo.....	46
Figura 13- João Dória vestido de gari.....	48
Figura 14 - João Dória e Bruno Covas plantam árvores no Projeto Cidade Linda.....	48
Figura 15 - Vista externa de viaduto envelopado.....	51
Figura 16 - Vista interna do viaduto envelopado.....	51
Figura 17 - Pedras instaladas sob viaduto Dom Luciano Mendes, na zona leste da capital.....	53
Figura 18 - Pedras instaladas sob o Viaduto Antônio de Paiva Monteiro.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Bolsa de Valores do Brasil
CMPU	Conselho Municipal de Política Urbana
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PMH	Plano Municipal de Habitação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RNSP	Rede Nossa São Paulo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O DISCURSO E O ESPAÇO PÚBLICO.....	19
1.1 O discurso e o poder.....	19
1.2. Mobilização popular: discurso do urbano vs discurso da cidade.....	24
1.3 A cidade e seus instrumentos de organização,.....	28
1. 4 O discurso e a força de lei.....	32
2. INTERVENÇÕES, ESTRATÉGIAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	37
2. 1 Operação Belezura (2001 – 2004).....	40
2. 2 Projeto Cidade Linda (2017 – 2020).....	47
3. DESCONSTRUINDO OS DISCURSOS DA CIDADE	56
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXOS.....	70
ANEXO A – PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE GOVERNO DE MARTA SUPLYCY SELECIONADA PARA O ESTUDO.....	75
ANEXO B – PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE GOVERNO DO CANDIDATO JOÃO DÓRIA SELECIONADA PARA O ESTUDO.....	78

INTRODUÇÃO

As cidades também acreditam ser obra do espírito ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

(ÍTALO CALVINO, 1990)

Etimologicamente a palavra ‘cidade’ vem do latim ‘*civitate*’, noção que se aproxima de ‘*civitas*’ e que deu origem às palavras ‘cidadão’ e ‘civilização’. Nesse sentido, não há como pensar o espaço da cidade sem associá-lo ao ser que o habita, o cidadão, indivíduo que, como membro de um Estado, é possuidor de direitos civis e políticos, bem como está submetido a deveres que lhe são atribuídos. Mesmo considerando-se a complexidade do conceito de civilização, esta noção está relacionada à fixação do homem ao solo mediante a construção de cidades em que a vida em sociedade acaba por gerar e gerir um conjunto de aspectos peculiares concernentes à vida intelectual, artística, moral e material no âmbito dessa coletividade.

Neste ponto, Emile Benveniste, em seus dois volumes do *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias*, muito se aproxima da abordagem da língua que se inscreve na história que propõe a escola francesa. Em Benveniste (1995a) é patente dimensão histórica e institucional da linguagem. Para este linguista, a questão da enunciação é focada em termos mais amplos, trazendo para o centro de sua reflexão o estudo da língua em seu funcionamento institucional.

Nesta visão em torno dos vocábulos das instituições indo-europeias - o quadro teórico benvenistiano centrado sobretudo na linguística criada por Saussure - a enunciação manifesta-se instaurado um campo discursivo de forças referidas que aqui reportamos as lutas históricas das jurídico-políticas de produção da verdade como discurso. Sob este aspecto, a enunciação corresponde ao ato de fala expondo em si sua materialidade histórica. Isto é o que permite, conforme veremos adiante, na análise de um evento de duas versões de campanha política,

envolvendo cidadãos e cidadãos em posições não-coincidentes de fala. Aqui o estatuto específico do ato de fala dá ensejo a certo efeito de subjetividade política. Para nosso propósito nesta dissertação, temos aqui um elemento importante da formação do arquivo da cidade como discurso a ser inscrito na memória. É, de certa forma, a perspectiva que, neste trabalho, aplicamos ao pensar a cidade enquanto espaço onde o que se mostra está regido por regras de formação discursiva politicamente determinadas. São enfim relações de poder que organizam o espaço urbano.

Sobre o termo ‘cidade’, Orlandi (1999, p. 10) ressalta a polissemia de seu conceito, que transmuta desde a condição de direito do cidadão, assim sendo ‘cidade’ e ‘cidadania’ são simultâneas se realizando concomitantemente; significando ainda, a sede de um Governo, Estado, Cidade ou Pátria, em que o sentido político se baseia na especificação empírica se apoiando nas experiências vividas; e por fim, retoma na etimologia das palavras latina ‘*civitas*’ e ‘*urbs*’. ‘*Urbs*’ para significar cidade em oposição a ‘*rus*’ (campo) e a ‘*arx*’ (cidadela) e, portanto, Roma, a cidade por excelência. Orlandi aponta ainda certa ambiguidade, visto que ‘cidade’ é o mesmo que ‘*urbs*’ e que se relaciona com ‘burgo’, sendo necessário pensar na disposição espacial em que ocorre permeabilidade, sendo ‘burgo’ pertencente a ‘*urbs*’. Já quando relacionado ‘burgo’ a ‘subúrbio’, essa hierarquização não ocorre de forma linear, ‘subúrbio’ é o que está do lado de fora, ou seja, um lugar de desvalor daquilo que não é o centro – no caso, o ‘burgo’.

Ressaltamos, nesse contexto, ainda, a forma com que Nunes (2014) trata o conceito de cidade, que em termos de linguagem, se constitui como objeto de discurso. Nunes defende que a palavra ‘cidade’ não deve ter sua definição considerada precisa, pois é somente estabelecida a partir de critérios que atuam na produção de sentido. ‘Cidade’ é considerada área urbanizada, que diferentemente das vilas e outras entidades urbanas inclui ainda fatores que consideram os aspectos relacionados à população, densidade populacional ou estatuto legal. Para o autor, certas definições apresentam alterações em sua forma de funcionamento “[...] as variações das formas sintáticas e enunciativas determinam a relação das definições com seus discursos constituintes, com os elementos pré-construídos (já-ditos), com a memória discursiva”. (NUNES, 2014, p. 70).

A partir das diferentes interpretações diante de um mesmo objeto simbólico é possível observar os deslocamentos e atualizações de sentido presentes na discursividade das palavras. Por fim, tomando ainda, reflexões mobilizadas por Benveniste (1995a, p. 357), a palavra grega *pólis* e a de origem latina *civitas* estão associadas à civilização ocidental e ilustram o fenômeno da convergência das designações institucionais. O autor destaca que as distinções entre

‘significar’ e ‘designar’, apesar de os dois verbos serem originários do mesmo radical *sign-* e por isso se correlacionarem, ao mesmo tempo, distinguem-se, pois, enquanto ‘significar’ é de natureza linguística, conferindo ao termo maior estabilidade, ‘designar’ é de natureza histórica. Isto gera uma maior variação dos referentes devido a empregos distintos. Fica, dessas considerações, que cidade possui definições múltiplas, e diversificada pode ser sua abordagem.

Quando dizemos da importância de levar em conta a natureza linguística e histórica das designações de cidade, não queremos propor uma hierarquia entre essas duas abordagens. Antes queremos analisar de que maneira discursiva o linguístico (a sistematicidade da língua) se imbrica ao extralinguístico (a historicidade), sem que um tenha precedência sobre o outro. Aqui, quando nos referimos ao "linguístico", estamos abordando a dimensão relacionada à linguagem em si e ao mencionar "a sistematicidade da língua", direcionamos nossa atenção para a organização e regularidades presentes na utilização da linguagem ao descrever as cidades. Já o termo "extralinguístico" refere-se à dimensão para além da linguagem, aqui, concentramos na relação entre as designações das cidades e o contexto histórico no qual emergiram. Daí, o procedimento analítico incidir sobre a forma languageira de historicidade que, caracteriza o discurso urbano. Trata-se de expor a língua um funcionamento apontando para o extralinguístico que incide na superfície discursiva como efeito de sentido. O caso não é de negar a existência de um espaço concreto a ser tornado cidade por um discurso. A questão sim é observar de que maneira o discurso, tal como o de uma campanha política prometendo um projeto urbano outro, se faz em relação com uma atualidade, ou, nos termos de Michel Pêcheux (1993), o ponto de atualização em que incide um acontecimento discursivo. Isso diz respeito ao que em a Análise de Discurso, concebemos, metodologicamente, como vínculo entre condições amplas e estritas de produção de discurso. Como veremos, em condições estritas um candidato a prefeito pode se valer de experiências, práticas contemporâneas ao tempo de sua enunciação de cidade que partilha com o coletivo a qual se dirige, mas isto sempre nas condições amplas de produção de discurso que em sua enunciação pressupõem filiações, institucionais, políticas e ideológicas. Por isso mesmo, as condições atuais do discurso urbano formulam-se conforme a ideologia que diz o que pode e deve dizer a fim de que sua imagem de cidade se produza como verdadeira no horizonte da formação imaginária. Ainda que não o alvo da análise, já podemos antever o estatuto do uso do vocabulário e a sintaxe que toma assento na enunciação.

Desta maneira, em que enfocamos o extralinguístico do lado da historicidade do discurso, ou seja, a mediação que por ela intervém a relação do sujeito com a realidade urbana. Nesses termos, é preciso falar desta historicidade que se recolha na história da proposição de planos urbanos no Brasil. Em nosso gesto de análise, é imprescindível, ainda, compreender que

no Brasil as cidades são constituídas de forma complexa. Esta complexidade está ligada ao processo como se dá, paulatinamente, a ocupação do espaço geométrico dos perímetros urbanos. No Brasil, via de regra, não há um planejamento prévio à fundação da cidade. Ela acontece em vias de contingências habitacionais. Assim, a divisão desses espaços acontece de forma fragmentada, com áreas desconectadas, dispersas e distantes, o que acaba por gerar certa contradição na ocupação da cidade. A contradição a que aludimos corresponde a conflitos verificáveis entre os agentes produtores do espaço e os usuários da cidade. Os que produzem o espaço urbano baseiam-se principalmente em sistemas de controle e manutenção das segregações socioespaciais. Já os usuários, estes ficam, em sua grande maioria, alheios às tomadas de decisões. Isso ocorre, segundo Orlandi (2004, p. 67), porque pelo ponto de vista do administrador, a cidade é um projeto, um plano. Já para as pessoas, a cidade é vida não disciplinada, é cotidiano. Nesse caso, o discurso do urbano (administração pública) diverge do discurso da cidade (população).

São Paulo, por exemplo, com mais de 12 milhões de habitantes, sendo a cidade mais populosa da América do Sul, como aponta a urbanista Raquel Rolnik (2012, p. 12), “[...] é uma cidade partida entre incluídos e excluídos, conectados e soltos, marcada em sua própria estrutura básica de funcionamento pela apartação socioterritorial.”. O exemplo de São Paulo é similar às demais grandes cidades brasileiras – suas dualidades e padrões de territorialização – cidades divididas, marcadas por contrastes impostos pela segregação espacial e pela discriminação social.

Ainda de acordo com Rolnik (2012), a cidade é contrastante, e significativas são as suas diferenças em relação aos acessos à qualidade e à disponibilidade de empregos, serviços e equipamentos, com benfeitorias concentradas e precariedades largamente distribuídas. As fronteiras internas das cidades, com seus muros, grades e guaritas tendem a sitiar a cidade e confinar os cidadãos a uma vida apenas entre familiares e iguais. Numa perspectiva discursiva, Souza (2001b, p. 71) atenta para o modo como historicamente o trajeto dos indivíduos na cidade passou a ser controlado de modo a garantir regime de movimentação urbana, inclusive com placas de proibição de entrada ou de passagem de pessoas.

A partir do exposto, com o intento de aprofundarmo-nos sobre os efeitos de sentido do que é a cidade e o destino dos seus espaços, é proposto um estudo sobre o planejamento das cidades como discurso, que produz uma perspectiva de urbanismo com base na (des)(re)construção de espaços públicos. Para, desse modo, evidenciar os aspectos desses discursos e suas implicações frente às mudanças e às necessidades sociais. Pelo viés da análise do discurso, tomar-se-á como mote a cidade de São Paulo e a seleção de dois projetos

originários de programas de governo propostos por dois dos prefeitos que ascenderam ao cargo de chefe do poder executivo. O primeiro projeto foi retirado do programa de governo elaborado no ano 2000 quando Marta Suplicy candidatou-se à prefeita de São Paulo. O segundo no ano de 2016 com a candidatura de João Dória.

Tomar como paradigma a maior metrópole brasileira poderá nos servir para identificar, de forma geral, as contradições na constituição de um discurso de cidade – que envolve tanto o planejamento como a falta dele, além daquilo que efetivamente se inscreve na política urbana das cidades brasileiras. De forma ampla, a proposta desta dissertação tem como base compreender como os efeitos de sentido do discurso urbanístico encontram-se implícitos no planejamento das cidades, produzindo um certo discurso de cidade que tem como registro a arquitetura da vida pública. Desta forma, o espaço público urbano, como diz Orlandi (2004, p. 81), possui um “aspecto simbólico-político, pensando a cidade como um espaço de linguagem em que se cruzam as relações de poder.”. Discursivamente, o empreendimento deste projeto busca olhar para a linguagem arquitetônica dos espaços públicos tentando compreender como a construção desses espaços pode também ser a construção do simbólico que naturaliza a cidade para uns e a interdita para outros. Estar atento a esses discursos, pode, por fim, promover resistências e alternativas a fim de consolidar na formação de outros discursos para outros sujeitos.

Os projetos selecionados para esta pesquisa são voltados para a gestão dos espaços públicos da cidade de São Paulo. O interesse nos projetos recai devido a semelhanças de objetivos encontradas nas propostas. O mapeamento dos projetos selecionados e a subsequente análise visa constatar quais ações de planejamento urbano tornaram-se efetivamente ações desses governos. Buscamos levantar se e quais ações de fato efetivaram a promoção da melhoria do espaço urbano, como também observar se as divergências político-partidárias nas alternâncias de gestões interferiram na manutenção dos projetos implantados. O mapeamento dos dois projetos selecionados servirá para mostrar como os espaços são construídos a partir dos discursos que constituem os planejamentos urbanos vinculados aos projetos de cada gestão. O foco de análise pauta-se sobre as efetivas ações dos respectivos governos que faz emergir os discursos de cidade na ordem do contemporâneo.

Desta forma, os capítulos que se seguem propõem uma análise do discurso político de cidade da instituição governamental dos projetos que constituem corpus desta pesquisa, pautada pela vertente da análise do discurso. Para isso, propomos observar os discursos construídos e utilizados como base para justificar a execução de programas de revitalização urbana coordenados pelas gestões municipais da Prefeitura de São Paulo. Assim, o objetivo é demarcar

a constante necessidade de o poder público requalificar os espaços urbanos, sobretudo, aqueles geralmente descritos como locais degradados, violentos e com altos índices de criminalidade. Locais em que o imaginário da violência convoca, por contrapartida, o imaginário da necessidade de segurança advinda do poder público.

No primeiro capítulo “O discurso e o espaço público” é proposta uma discussão em torno do que constitui o discurso de cidade via dispositivo teórico da análise do discurso. Nesse sentido, no que concerne às discussões teórico-conceituais, a pesquisa concentrou-se principalmente nas abordagens propostas pelo método genealógico de Michel Foucault. Além disso, mobilizamos os conceitos relacionados à organização política dos centros urbanos e as relações de poder na produção/organização dos espaços públicos. Dentro desse escopo, o recorte proposto limita-se aos programas de governo dos até então candidatos à prefeitura municipal e nos discursos da cidade do futuro em oposição à cidade existente.

Em “Intervenções, estratégias e produção do espaço”, o capítulo 2, apresentamos o corpus constituído das intervenções realizadas. Nesse capítulo, iniciamos uma análise dos dados de forma mais descritiva, demonstrando os modos que operam os discursos dos mandatários eleitos e as alterações nos discursos após o período eleitoral. Abordamos os projetos implantados e como os espaços citadinos são projetados de modo a contemplar as proposições almejadas. Nesse ponto, identificamos os mecanismos empregados a fim de garantir a manutenção do poder disciplinar e as estratégias da biopolítica. Ao fim desse capítulo, lançamos um olhar ao sujeito-cidadino que tem a cidade como “[...] um espaço real de significação sujeito a transformação que, pela imposição do urbano (excessivo), tal como ele é pensado, é abafado, silenciado.” (ORLANDI, 2004, p. 64), na contramão dos silenciamentos impostos, o sujeito persiste em resistir para existir atravessados pela discursividade.

No último capítulo, intitulado "Desconstruindo os discursos da cidade", exploramos os desdobramentos teórico-metodológicos com o objetivo de revelar as estratégias discursivas adotadas pelos agentes políticos durante o processo de formulação e apresentação dos programas de governo. Nesse contexto, compreendemos que esses discursos não são meros reflexos da realidade, mas sim instrumentos que exercem poder e constroem significados. Nosso propósito é identificar como os discursos políticos são impregnados por relações de poder, evidenciando como os programas governamentais são moldados por interesses políticos, sociais e econômicos. Além disso, ao analisar as práticas discursivas empregadas, buscamos compreender como os programas de governo constroem e perpetuam determinadas representações e concepções da realidade, legitimando formas específicas de governança e exercício do poder.

1. O DISCURSO E O ESPAÇO PÚBLICO

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só.

(ENI ORLANDI, 2004)

1.1 O discurso e o poder

Abordamos até aqui como a cidade é organizada conforme as discursivizações que a atravessam. Nesta seção passaremos a discutir como as relações de poder se estabelecem produzindo sentido para os sujeitos. Conforme Foucault nos ensina, o poder estabelece as relações entre os indivíduos em uma paridade que consiste em permitir que um possa conduzir a conduta do outro, ajustando em função de uma série de objetivos próprios. Em *Microfísica do poder* (2004), Foucault relaciona os sistemas de poder com o regime de verdade, a verdade é poder. A verdade é uma produção, e as práticas de verdade legitimam as ciências. Para Foucault, a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é produzida e traz efeitos regulamentados de poder. Veyne (2011), na esteira de Foucault, destaca que o dispositivo de saber-poder é formado a partir de uma série de práticas e do próprio regime de verdade, não sendo necessário que se exerça nenhuma violência sobre as pessoas para que elas sigam regras que lhes parecem evidentes. Veyne (2011, p. 167) destaca ainda: “É a capacidade de conduzir não fisicamente os comportamentos alheios, de fazerem as pessoas andarem sem colocar os pés e pernas delas na posição adequada.”. Ou ainda, como Souza (2001) sintetiza, em relação ao poder estabelecido pelo enunciado de interdição, por exemplo, quando o pedestre é interpelado por uma ordem simbólica, pressupõe-se assujeitado como indivíduo cidadão.

Um exemplo de discurso do urbano pelo viés do poder público no qual nos deparamos corriqueiramente é uma enorme quantidade de praças e parques que são “protegidos” por

grades. Esta ação é bastante recorrente na cidade de São Paulo e em crescente expansão em diversas cidades do país. O poder público utiliza-se dessa prática argumentando que os cercamentos garantem maior segurança ao espaço, facilitam o controle de acesso e minimizam depreciações noturnas. O discurso do urbano da administração pública é evocado pelo imaginário de violência no qual os espaços da cidade são divididos em áreas seguras e áreas violentas, determinando assim as estratégias a serem adotadas para implantação de sistemas de controle. Os cercamentos, desse modo, atuam através do imaginário de violência, como tentativa de estabelecer a segurança por meio de restrição do acesso. Dessa forma, as grades, muros e guaritas reiteram os procedimentos técnicos de controle responsáveis por classificar, diferenciar e hierarquizar a população e o cercamento altera o significado do espaço público e fragmenta a cidade. Além disso, os cercamentos podem ser compreendidos como uma nova prática de violência simbólica no espaço urbano, pois restringir e limitar o acesso apenas segrega os sujeitos. Sobre as práticas de redução de violência, Orlandi sintetiza:

[...] quando começam a formar bolsões de violência, deve-se abrir mais o espaço público, fazer desse espaço um espaço social, política e culturalmente mais arejado. É necessário produzirem-se condições, infraestrutura, colocar escola, programas de cultura, de lazer, cuidar do espaço físico, iluminação, transporte. Medidas que promovem e não reprimem. (ORLANDI, 2004, p. 85)

No lugar de garantir o direito da população à cidade, sob a justificativa da segurança, parte de um grupo deixa de ter acesso pleno à própria cidade. Nesse sentido, o direito de habitar e participar do cotidiano da cidade é relegado, ficando à margem a cidade como lugar de encontro, convivência e socialização. Ainda a respeito dos cercamentos, Souza afirma que:

Ocorre que os passantes na rua, a cada vez que se deparam com uma grade ou um portão interrompendo a passagem ou a entrada de um parque, do ponto de vista do direito à cidade, são constituídos em sujeitos na exterioridade, ou seja, são levados a identificar-se como os que ficam do lado de fora. (SOUZA, 2001a, p. 11)

A passagem interrompida ou a grade implicam no dito e não-dito da cidade, o sujeito excluído é o que fica sempre de fora na posição subjetiva, sujeitos da exterioridade. Ainda conforme indica Souza (2001b), a utilização de grades de ferro com finalidade de controlar acessos ultrapassa a interpelação do sujeito, que era realizada apenas com o gesto de leitura das placas de proibição, e podiam inclusive ser ignoradas. Agora, as grades assujeitam todo e qualquer pedestre colocando-o na posição discursiva de sujeito suposto agressor. A partir dessa constatação, empreendemos que a interdição é uma forma operacionalizada da condução física dos corpos da cidade pelos mecanismos de poder.

Finalizando a questão dos cercamentos, temos o exemplo recente ocorrido na Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro, conhecida popularmente como Praça do Pôr do Sol, no Alto de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Após pedidos da Associação Amigos do Alto de Pinheiros e da Associação de Moradores de City Boaçava, a praça foi cercada no ano de 2021 por grades com o objetivo de regulamentar o uso da praça com definição de horários de abertura e fechamento, sob a justificativa de mitigar os conflitos existente entre os usuários da praça e os moradores do entorno. Observamos, nesse exemplo, a atuação do imaginário de segurança interpelado pelo imaginário de violência. De qual parte da população a Praça do Pôr do Sol precisa ser protegida? Na imagem temos a situação atual da praça, circundada por tela losangular.

Figura 1 - Praça Pôr do Sol cercada por telas.



Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/28/grupo-protesta-contracercamento-com-grades-da-praca-por-do-sol-na-zona-oeste-de-sp.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

Em 2020 a prefeitura já havia iniciado a instalação de tapumes alegando inicialmente “evitar aglomeração” no local, devido à pandemia de covid-19. Em 2021 passou para a instalação definitiva das telas. Apesar dos diversos protestos realizados por parte dos usuários da praça que questionaram não haver consulta pública para a tomada de decisão, a prefeitura manteve o cercamento e a manutenção de práticas patrimonialistas. A instalação de cercamento na praça acaba criando uma nova prática de violência, a violência social. Orlandi nos traz um exemplo semelhante quando fala dos muros dos condomínios fechados:

Por este gesto, fica “dito” que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são as que se excluiu. O social fica indistinto porque não são todos que estão do lado de fora que são nossos “inimigos”.

Então o “hostis” (inimigo) e o “socius” (nossos iguais) ficam confundidos. Com isso começamos a restringir o espaço social. (ORLANDI, 2004, p. 84)

Na próxima imagem a Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro recebe um abraço simbólico como manifestação organizada pelos usuários da praça insatisfeitos com o cercamento. O discurso da cidade manifestado pelo protesto sobrepõe-se ao discurso do urbano na tentativa de se fazer ouvir pela administração pública.

Figura 2 - Praça Pôr do Sol cercada por tapumes recebendo abraço simbólico.



Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/28/grupo-protesta-contr-cercamento-com-grades-da-praca-por-do-sol-na-zona-oeste-de-sp.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

Com horário de abertura das 8h às 18h, agora a praça fecha na hora em que o sol se põe e impede os visitantes de apreciar a vista de um dos mais belos cartões postais da cidade. A partir desse exemplo, podemos aclarar o que Foucault traz no Curso *Segurança, Território e População* (1977-1978), em que o conceito de biopolítica surge como uma biorregulação pelo Estado. Foucault considera a administração do território como uma forma de regulação da população que o governo deve administrar. Podemos inferir dessa forma, que os enunciados de interdição servem como mais uma forma de condução do indivíduo cidadão. A soberania política passou a significar mais que gerir o território, passou a significar também guiar as condutas dos indivíduos e dos grupos. Quando andamos pela cidade, somos interpelados por diversos enunciados que reiteram aos passantes, por meio de seus dispositivos, que vivemos em uma sociedade disciplinar.

Outro acontecimento enunciativo que observamos frequentemente na cidade é a presença de monumentos. É sobre esse assunto que propomos agora outro pequeno gesto de análise. Em novembro de 2021, foi instalado em frente ao prédio da B3, a bolsa de valores do

Brasil, na Rua XV de Novembro, no centro de São Paulo, a escultura do “*Touro de Ouro*”. O projeto idealizado pelo economista Pablo Spyer e executado pelo arquiteto e artista plástico Rafael Brancatelli, traz a imagem do robusto touro que representa a força da retomada do mercado financeiro, remetendo à escultura do touro de Wall Street em Nova York. A intervenção feita de forma irregular e sem autorização da prefeitura, foi alvo de protestos por diversos movimentos sociais, considerado uma afronta à população brasileira que sofre com o exarcebado aumento da pobreza e da fome no país, principalmente em época de pandemia da covid-19. A escultura foi removida, pois além das diversas irregularidades em sua instalação, trazia ainda um caráter perturbador pelo discurso capitalista de consumo que exprimia.

Como forma de protesto, foi instalado no local a escultura “*Vaca Magra*”, de Márcia Pinheiro. A artista faz intervenções urbanas de cunho social. A vaca permaneceu por algumas horas e posteriormente foi removida, ficando tempo suficiente para chamar a atenção para a miséria e a fome crescente no país. Os protestos e a instalação da “*Vaca Magra*” mostraram outro lugar de enunciação, a partir do qual os sujeitos cidadãos, até então assujeitados pelos interditos, passam a subverter e reinventar os discursos da cidade.

Figura 3 - Touro de Ouro em frente ao prédio da B3



Figura 4 - Vaca Magra em frente ao prédio da B3



Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-12-20/galinha-dourada-retirada-centro-de-sp.html> Acesso 11.03.2022.

O discurso da cidade apresentado pelo meio artístico mediante instalação da escultura *Vaca Magra* é uma forma de manifestação que intervém no urbano e atua como voz dissonante em relação à escultura do *Touro de Ouro*. Sob essa perspectiva, é oportuno recorrer a Foucault e sua definição do discurso como força criadora. Trata-se de usar o discurso para como arma

de disputa. À medida que significa poder, o discurso torna-se o objeto pelo qual, mais do que ganhar a cidade como objeto do desejo, o cidadão faz valer seu lugar de enunciação entre outros que o marginaliza.

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar. (FOUCAULT, 1999, p. 10)

Consideramos até aqui, sobretudo, os processos discursivos representados principalmente pelas estruturas de poder que consolidam os processos de interdição e exclusão da cidade. Agora o foco recai sobre como os sujeitos cidadãos organizam-se coletivamente a fim de criar novos espaços, alterando o lugar de enunciação e como a população se insurge às organizações impostas, repensando e se apropriando dos lugares, reivindicando e contestando as medidas controladoras.

1.2. Mobilização popular: discurso do urbano vs discurso da cidade

No final de 2021, após quase 20 anos de impasses judiciais, foi inaugurado em São Paulo o *Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas*. Situado em área nobre e na região central, no distrito da Consolação, a área com aproximadamente 24.000 m², localizada entre as confluências da Rua Augusta, Rua Caio Prado e a Rua Marquês de Paranaguá, pertencia anteriormente a duas construtoras. A área que por longos anos era subutilizada, repleta de vegetação e tinha como projeto a construção de torres para um complexo multifuncional, despertou o interesse dos moradores da região em transformá-la de propriedade privada em área pública. A mobilização de associações, organizações não governamentais, ativistas e população resultou na conquista da compra do terreno pela prefeitura, viabilizando dessa forma, a implantação do parque. Na imagem abaixo, a população realiza uma manifestação em prol da criação do Parque Augusta:

Figura 5 - Manifestação em prol da criação do Parque Augusta.



Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/parque-augusta-nova-fronteira-pelo-direito-a-cidade/>. Acesso em 12 abr. 2022.

É possível pensar que a mobilização popular quando devidamente organizada e articulada também é uma forma de poder, pois consegue impor força de ação a suas reivindicações. É o discurso da cidade do cidadão se sobrepondo ao discurso do urbano realizado administrativamente. A propósito disso, vale relacionar tal embate discursivo ao que Paul Veyne (2011) propõe:

Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade, cujo liço é formado pelos indivíduos. Daí resulta que há liberdade em toda parte, uma vez que há poder em toda parte: constata-se que alguns se insurgem enquanto outros se deixam levar. (VEYNE, 2011, p. 168)

Aberto diariamente das 5h às 21h, o parque possui ampla infraestrutura e é totalmente acessível. Possui ampla área de playground inclusivo, cachorródromo, equipamentos de ginástica, sede administrativa, sanitários públicos, arquibancada, deck elevado para eventos, trilha, redário e área para prática de slackline. Na imagem abaixo, cachorros brincam no ParCão (área equipada e destinada para a diversão dos pets) do Parque Augusta, onde é possível ainda, visualizar o entorno de um dos mais tradicionais bairros da capital paulista.

Figura 6 - ParCão do Parque Augusta.



Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/cidades/parque-augusta-centro-sp/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Essa breve descrição do uso público do *Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas* nos instiga, do ponto de vista da gestão do emprego do espaço, a compará-lo com a Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro (Praça do Pôr do Sol). A maneira de gestar o acesso a esses dois logradouros de lazer expõem formas de discursividades que se sobrepõem no espaço urbano.

Comparativamente, em um e outro, vemos dois discursos do urbano instituídos pelo poder público e atuando de forma totalmente diferenciada. Enquanto a praça da zona leste é cercada, a praça da região central é amplamente equipada. Esta constatação pode conter a resposta a questões do tipo: de que modo as relações sociais vão sendo hierarquizadas pela administração municipal? Porque os equipamentos públicos são geridos de forma tão distinta?

Encontramos aqui o deslocamento de posições que consideramos o princípio do que concebemos como a ordem do discurso arquitetônico-urbanístico, no interior desta formação discursiva, há que se intersectar forma e função. Isto é prioritário no desenho da estrutura urbanística. A parte constitutiva deste princípio correlaciona o design funcionalista associado à arquitetura, a fim de garantir unidade entre essas duas ordens de discurso.

As políticas de desenvolvimento urbano foram elaboradas a fim de garantir a participação popular nas tomadas de decisões pelo poder público, consolidando o conceito de gestão democrática no município. Contudo, o que observamos é que as cidades brasileiras ainda são construídas como produto. Nisto pode-se bem ver como este tipo de discurso se estrutura como acontecimento. Ou seja, ao contrário da discursividade da movimentação popular, os

discursos oficiais e institucionais apagam sua relação com o espaço de que falam e constituem este como objeto no qual o sujeito enunciante não está inserido.

Daí apreendermos no modo estruturante de seus discursos proposições cujo efeito é o de propor outra imagem inclusiva de cidade. Portanto, não é tanto pelo conteúdo, mas forma enunciativa dos discursos que muito diferentemente é o sentido do que propõe a Carta de Atenas¹ redigida por Le Corbusier em 1933. Basta destacar um pequeno fragmento para demonstrar como o modo de formular linguisticamente uma proposição estabelece com o espaço urbano em seu estatuto discursivo de extra linguístico uma relação de engajamento do destinador com o destinatário:

Se a preguiça, a estupidez, o egoísmo, assolam o grupo, este, enfraquecido, e entregue à desordem só traz a cada um de seus membros rivalidades, rancor e desencanto. Um plano é sábio quando permite uma colaboração frutífera, propiciando ao máximo a liberdade individual. Irradiação da pessoa no quadro do civismo. (Le Corbusier, A Carta de Atenas, 1993)²

Claro que no texto deste fragmento não vemos, como normalmente acontece em discursos oficiais de proposição de planos de cidade, nenhuma marca pronominal de primeira e segunda pessoa do singular remetendo ao sujeito destinador e destinatário. Há sim, o sujeito constituído como aquele que aqui se manifesta, mas são os sentidos das palavras que emprega que o situa como sujeito histórico, dado não pelo indivíduo em termos físicos e psicológicos, mas pelo tempo e pelo espaço em que historicamente se situa ao falar. Dizer palavras como estupidez, egoísmo, preguiça fazem que o sujeito enunciante se localize e se situe discursivamente ante aquele a quem se destina sua enunciação.

Não é preciso se ater ao conteúdo histórico de que fala este trecho da Carta de Atenas para apreendermos o sentido de cidade que produz. À diferença dos discursos oficiais, ou mesmo teóricos de dimensão sociológica, um discurso como este que aqui tomamos como exemplo se aproxima do modo de dizer a cidade que lhe confere outra imagem. Tal é o que vemos acima na discursividade típica de movimentos sociais reivindicando seu direito ao espaço urbano (Conferir *supra* figuras 5 e 6).

Eis aqui o ponto fundamental de uma contemporaneidade discursiva que nos conduz a perceber que ainda hoje as cidades brasileiras não cumprem plenamente os itens propostos pela carta, que estabelece as quatro funções básicas da cidade: habitar, trabalhar, recrear e circular. Esses princípios básicos do urbanismo deveriam gerir todas as organizações de cidade e ainda

¹Carta de Atenas, Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, nov. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

²Le Corbusier, 1887-1965. Trad. Rebeca Scherer]. — São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. — (Estudos Urbanos)

hoje são em muitos casos ignorados. E sendo desta forma, acabam por excluir a função de servir àqueles que não possuem condições/poder aquisitivo para consumi-la, acabando segregados de muitos benefícios urbanos.

1.3 A cidade e seus instrumentos de organização

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)³ de 2015 apontam que 84,72% da população brasileira vive em áreas urbanas e apenas 15,28% da população em áreas rurais. O processo de industrialização é um dos principais fatores para o desencadeamento da migração de pessoas da zona rural para a urbana, além disso, a modernização do campo funciona como fator repulsivo, pois otimiza a produção e dispensa grande parte da mão de obra local. A população da cidade de São Paulo teve um acréscimo de 12% no período de 2001 a 2021, passando de 10.525.367 de habitantes em 2001 para 11.869.660 em 2021, de acordo com dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados)⁴, mantendo-se em 8º lugar entre as maiores cidades do mundo.

Isso corrobora o crescente interesse sobre a cidade nos meios acadêmicos e políticos, visando entender os desafios impostos pelas intensas transformações a quais a cidade é submetida ao longo dos anos. Para Rolnik (1995, p. 12), a cidade é como um ímã, pois cria “[...] um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens.”. Isto nos leva pensar nas propostas atuais do urbanismo, que buscam aproximar o sujeito e o espaço, no sentido de construir o conceito de lugar atrelado à ideia da promoção do convívio social. Milton Santos (2006 p. 36) tem razão quando afirma que “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.”. Nessa perspectiva, o conceito de lugar atribui às relações sociais a responsabilidade principal pelas mudanças do espaço geográfico, a cidade como enquadramento de todos os fenômenos sociais.

Pelo viés discursivo, o espaço urbano da cidade, de acordo com Orlandi, implica pensar:

³ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: população rural e urbana 2015*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso: 16 set. 2020.

⁴SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/populacao-paulistacresceu-20-de-2001-a-2021/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

A cidade, significada pelo que chamo discurso (do) urbano, abriga o social – o polido – que, no entanto, se realiza administrativamente como o policiado, referido à (manutenção da) organização urbana. Quer dizer que o social passa a significar pela urbanidade (planejamento, tecnologia) e perde suas características materiais estruturantes. (ORLANDI, 2001, p. 3-4)

Discursivamente, pode-se, então, falar de como o planejamento das cidades aparece no discurso que se produz pelo ponto de vista do urbanismo. Cabe então considerarmos a cidade como consequência das discursivizações em torno dela. Apoiando-se na (des)(re)construção de espaços públicos, é possível identificar os aspectos desses discursos e suas pressuposições frente às mudanças e às necessidades sociais. Por isso, entendemos ser pertinente à análise aqui proposta, como aponta Orlandi (2001), acerca da análise do discurso como palavra em movimento, procurando aceitar o não-sentido, a desordem e os outros sentidos que interpelam a linguagem.

O planejamento urbano da cidade se dá a partir do discurso que a constitui. Nesse sentido, um imaginário de cidade emerge na projeção de um determinado espaço urbano, imaginário esse que atua na forma de organização e realização de ações. Diversos são os dispositivos empregados para conduzirem essa estruturação, sejam eles projetos, programas e leis. Por exemplo, temos o Estatuto da Cidade que regulamente a Política Urbana (Lei nº 10.257/2001); o Plano Diretor Estratégico, que se trata de uma lei norteadora de como deve organizar-se o crescimento do município de São Paulo até 2030 e entrou em vigor julho de 2014; e o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) constituído pela Lei Nº 13.430, de setembro de 2002, no qual institucionaliza a participação popular na tomada de decisões referentes às políticas de desenvolvimento urbano.

Esses exemplos, são algumas das ferramentas que garantem a obrigatoriedade do cumprimento das medidas pretendidas no gerenciamento das cidades. Considerando os diversos instrumentos urbanísticos aplicados na estruturação da cidade, delimitamos como recorte para esta pesquisa, os programas de governos propostos pelos até então candidatos à prefeitura e que serviram de base para nortear as linhas de ações votadas à política urbanística que deveriam ser realizadas durante os quatro anos de mandato de cada gestão.

Além do Programa de Governo da prefeita Marta Suplicy, utilizaremos o Plano Plurianual (PPA) responsável por determinar programas, metas e ações. No caso do prefeito João Dória, utilizaremos o Programa de Governo e o Programa de Metas, criado em 2008 com a emenda nº 30 à Lei Orgânica do município, no qual institui-se a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do programa de metas pelo poder executivo, que determina:

Art. 69-A. O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após sua posse, que conterá as prioridades: as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, Subprefeituras e Distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico. (SÃO PAULO, 2008)

As ferramentas supracitadas são instrumentos que buscam garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos candidatos frente à população. Disto isso, propomos neste estudo confrontar esses discursos, inicialmente direcionados diretamente aos eleitores, comparando com as ações governamentais posteriormente realizadas e observar se a cidade que se projeta é a mesma que se executa ou se os discursos vão alterando o endereçamento ao longo do percurso ao qual foram destinados inicialmente. Tomando como objeto inicial de estudo os Programas de Governo da candidata Marta Suplicy (PT) e do candidato João Dória (PSDB), referentes às eleições municipais de São Paulo, ocorridas nos anos 2000 e 2016, respectivamente, observaremos as estratégias linguísticas empregadas nos referidos programas com objetivo de promover a adesão dos eleitores.

Abaixo, segue um fragmento do Programa de Governo⁵ da candidata Marta Suplicy no qual é possível observar a modalização enunciativa utilizada para apresentar ao eleitor uma determinada forma de governo de cidade.

1. O governo do PT fará uma grande revolução no modo de governar a cidade, criando mecanismos públicos de controle sobre a ação de governo. E também novos mecanismos de participação e de decisão que vão permitir maior transparência no funcionamento da máquina e maior interferência dos cidadãos.⁶

Primeiramente, cabe ressaltar o endereçamento do discurso. Este não dirige as propostas como compromissos da candidata, mas transfere a responsabilidade das proposições assumidas diretamente para o partido (PT): *'O governo do PT fará[...]*'. Neste sentido, cabe inferir que esse direcionamento trata de uma estratégia de legitimação do discurso a fim de persuadir os eleitores em época de candidatura, no afã de tornar incontestável às promessas enunciadas.

De outro modo, no fragmento extraído do Programa de Governo do candidato João Dória, observamos maior utilização de marcas linguísticas que remetem à sua posição como candidato que se faz um com o discurso do partido no qual inscreve sua candidatura. Vemos assim como funciona o emprego massivo do verbo no infinitivo e de formas nominais do verbo:

⁵ Todos os trechos do corpus terão recuo a esquerda de 1,25 cm, fonte de 11 e serão numerados.

⁶ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 05 mai. 2022.

2. Descentralização para levar políticas públicas a todas as partes da cidade que não estão sendo atendidas, para reduzir as imensas desigualdades no território da nossa cidade; participação para democratizar a gestão e trazer o cidadão para acompanhar e avaliar as políticas públicas; inovação para uma gestão criativa, afinada com o que há de mais moderno nas grandes metrópoles; eficiência para gerir o tributo pago pelo cidadão e prover mais e melhores serviços públicos para as pessoas; e transparência para tornar a Administração Municipal aberta ao controle social.⁷

O emprego dos verbos no infinitivo reforça a ideia de futuro que se atualiza na enunciação propagandista mediante o balizamento fixado do tempo presente, ou seja, o tempo da promessa: ‘levar’, ‘reduzir’, ‘democratizar’, ‘trazer’, ‘acompanhar’, ‘avaliar’, ‘gerir’, ‘prover’, ‘tornar’. O uso das formas verbais no infinitivo, assim como forma nominalizado do verbo ao lado evidencia postura ideológica partidária do candidato, respectivamente mostrando como sujeito político fiel a certo ideal político partidário. Pelo infinitivo e pela nominalização do verbo, as enunciações de Dória o constituíam como sujeito que não só não fala por si mesmo, mas se enuncia declarando seu compromisso ideológico com o partido.

Tais estratégias de responsabilidade enunciativa são empregadas a fim de enfatizar a persuasão do sujeito político. Se as ações nomeadas pelo verbo vão ou não se cumprir não importa nesta análise. O que importa é atentar para a realização da promessa – o enunciado se faz mediante a força ilocutória do ato de prometer – que, por intermédio do procedimento discursivo e enunciativo, engaja o destinatário. Discursivo no que diz respeito ao efeito ideológico em que se enquadram as condições amplas de produção da campanha; enunciativo pelas estratégias linguísticas de que se apropria o candidato no quadro das condições estritas do discurso político eleitoral.

Os dois discursos apresentam propostas para solucionar os problemas da cidade; ambos têm como direcionamento discursivo a promessa de um governo diferente e a crítica ao governo anterior. Contudo, é possível depreender a diáde esquerda / direita que atravessam as enunciações. No discurso de Marta, percebe-se a posição política ideológica do PT, nos trechos: ‘*criando mecanismos públicos de controle sobre a ação de governo*’; ‘*novos mecanismos de participação*’ e ‘*maior interferência dos cidadãos*’. Ou seja, mediante expressões nominais como *mecanismos públicos de controle*, *mecanismos de participação*, ‘*maior interferência dos cidadãos*’ o PT produz, discursiva e ideologicamente, o nome da solução para os problemas da cidade. Nessas passagens, inferimos a inclusão dos cidadãos como seres atuantes nas

⁷ Programa de Governo Acelera São Paulo, do candidato João Dória. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

tomadas de decisões da gestão, tal é o trabalho do discurso de cidade, ou o que constitui a cidade em época de eleição.

Conforme podemos perceber no discurso do candidato João Dória, temos a posição política ideológica do PSDB. Contudo seu enfoque é outro, como vemos nos trechos: *‘Descentralização para levar políticas públicas a todas as partes da cidade’*, *‘reduzir as imensas desigualdades no território da nossa cidade’* e *‘trazer o cidadão para acompanhar e avaliar as políticas públicas’*. Para o candidato tucano, suas propostas para elucidar as mazelas da cidade consistem em descentralização e em trazer a população para acompanhar as políticas públicas. Diferentemente de Suplicy, novamente pelo discurso, evidencia-se o papel coadjuvante da população, que aparece principalmente como espectador. Desta forma, observamos diferenças nos efeitos de sentidos e na posição de poder discursivamente enunciada pelos diferentes polos do campo discursivo político.

1.4 O discurso e a força de lei

Tendo em vista as considerações acerca da arquitetura da cidade sob o viés da análise do discurso, o trabalho de pesquisa que por ora empreendemos consiste na problematização dos centros urbanos e das políticas públicas de governabilidade. Na discussão desses aspectos, partimos dos princípios sobre o discurso apresentados por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (2008), em que o autor aponta o discurso como um acontecimento a ser estudado dentro da concepção de “descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação.” (FOUCAULT, 2008, p. 28). Para o autor, trata-se de buscar no discurso relações entre a história e o saber “história das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos.” (FOUCAULT, 2008, p. 28). Dessa forma, o percurso analítico traçado por Foucault poderá nos ajudar a compreendermos como os enunciados de cidade corroboram para a construção de identidades⁸ no espaço discursivo dos espaços urbanos propriamente ditos.

Neste contexto, cabe tomarmos a formulação foucaultiana acerca da diferença entre documento e monumento, fazendo do primeiro uma materialidade do arquivo e do segundo uma materialidade da história. Foucault estabelece que os documentos se transformam em

⁸ Sabemos que a noção de identidade é complexa em análise do discurso dada seu efeito de atuar de forma externa sobre a própria noção de sujeito, contudo aqui não estamos tratando de identidades de sujeitos e sim de identidade calcada pelo imaginário de certos tipos de sujeito para quem se governa, por esse fato essa noção é apropriada para essa questão.

monumentos, reconstituindo seu conteúdo não verbal, não discursivo. Por esse motivo, entendemos imprescindível a análise dos documentos (Programas de Governo) que tem por finalidade traçar a vida nos espaços público-urbanos.

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros [...] em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Com essas considerações nos propomos a observar as demarcações temporais entre as proposições dos Programas de Governo, observando as alternâncias de endereçamento entre os discursos que se inscrevem, transmutando-se à medida em que as gestões vão sendo implantadas. Interessa-nos não os vestígios do espaço urbano ao longo da história das campanhas eleitorais em nível municipal, mas sim o que, pelo que, na descontinuidade dos processos discursivos de cidade, rege a conversão de monumentos em documentos. Em outras palavras, assumimos que documento é a noção que corresponde, pelo viés analítico, ao efeito de sentido ou ao discurso.

Iniciaremos com os projetos de Marta Suplicy. O Programa de Governo tem por finalidade apresentar os compromissos que a candidata eleita assume com a cidade. No que concerne ao tema Espaço Público e Melhoria Urbana temos:

3. A proposta de política urbana pretende enfrentar a crise da cidade construindo uma nova estratégia de governo que incida sobre a exclusão territorial e degradação do ambiente urbano, ampliando a cidadania. [...]
4. Trata-se de repactuar a cidade, em conjunto com os cidadãos e suas representações políticas, definindo e implementando um plano de ação integrado a todos os setores, que considere a especificidade da crise da cidade, o impacto dos processos de reestruturação produtiva sobre o território e as dinâmicas e recursos - sociais, políticos, materiais existentes, em várias escalas e níveis: bairro, núcleo ou conjunto, distrito, região/subprefeitura, cidade, metrópole, macro metrópole.

Na parte inicial do Programa de Governo, Suplicy se dirige a população sobre suas primeiras ações de governo, tratando em específico, da temática de cidade. Nos trechos selecionados não se observam propostas em si, mas apontamentos dos problemas que necessitam ser solucionados. No fragmento ‘*enfrentar a crise da cidade*’ temos a força enunciativa que determina, a partir de um pré-construído de que a cidade está em crise. O conceito de "pré-construído" refere-se a ideias ou concepções pré-existentes que influenciam a

interpretação de informações ou situações. Essas concepções são moldadas pela experiência, cultura, valores e outros elementos contextuais, e podem afetar a maneira como as pessoas percebem e compreendem eventos ou discursos.

A crise é tomada como evidente, mas não há qualquer indício de especificação de qual tipo de crise a cidade de São Paulo está sendo acometida. Pela força ilocutória o enunciado assume o contexto em que é produzido. A característica essencial é o direcionamento das propostas para os eleitores e crítica à oposição, como vemos nos trechos *‘construindo uma nova estratégia de governo’*; *‘repactuar a cidade’* e *‘processos de reestruturação produtiva’*. Observamos apenas um apontamento de medidas a serem empregadas para reestruturar a cidade. Logo após o fim do sufrágio, as propostas do Programa de Governo são reorganizadas para a elaboração do Plano Plurianual⁹, que define os objetivos gerais para a gestão entre os anos de 2002 – 2005. Sobre o tema Transformações Urbanas temos como objetivo geral do documento:

Melhorar a qualidade de vida na cidade, através de intervenções urbanas nas áreas de trânsito, transporte, conservação das vias, reestruturação dos equipamentos públicos, paisagem urbana e de políticas de requalificação do centro, de redinamização dos bairros, de redução de incidência de enchentes e alagamentos e de limpeza urbana. (PLANO PLURIANUAL – TRANSFORMAÇÕES URBANAS, 2001, p. 1)

Neste caso, é possível perceber o apontamento das soluções para os problemas anteriormente levantados. Interessa-nos observar a alternância de destinatários que os endereçamentos propõem. No Plano Plurianual percebemos a mudança de objeto discursivo, esboçando um direcionamento mais pontual para a população e indicando as áreas que devem ser alvo das intervenções propostas: *‘trânsito’*; *‘transporte’*; *‘vias’*; *‘equipamentos públicos’*; *‘paisagem urbana’*; *‘centro’*; *‘bairros’* e *‘limpeza urbana’*.

No campo político, particularmente, observamos com uma certa frequência mudanças no vetor discursivo dos destinatários. Essa alternância de posição é constituída histórica e socialmente. Percebemos que num determinado tempo, pensa-se uma cidade para um; em outro desloca-se o discurso, dizendo uma cidade para outro.

⁹ Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece diretrizes, objetivos e metas. Com duração de quatro anos, iniciando no segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo a garantir que haja continuidade do processo de planejamento. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/financas/legislacao/PPA-Transformacoes-Urbanas.pdf>. Acesso: 05 mai. 2022.

Na sequência, passamos agora para o Programa de Governo do então candidato João Dória, dentro da temática de Desenvolvimento Institucional, denominado Projetos Especiais, que enfatiza:

5. Implementar Projetos de Requalificação Urbanística em parceria com associações representativas da região impactada, para melhoria do espaço público, da paisagem urbana e da atratividade para os que o utilizam. [...] Prestar serviços de zeladoria à cidade em micro áreas delimitadas, em conjunto com a iniciativa privada, em regime de parceria público-privada, consistentes em constante recapeamento, diuturna pintura de faixas e guias, intensa varrição, corte preventivo e remoção de árvores, ajardinamento, ordenação do trânsito, uso adequado de caçambas, limpeza eficaz de bueiros, manutenção intensa e conservação dos pontos de ônibus, com fiscalização pelas Prefeituras Regionais.¹⁰

Após a vitória eleitoral, o prefeito, em um prazo de noventa dias após a sua posse, teve de apresentar, por força do Art. 69-A da emenda nº 30 à Lei Orgânica do município, o Programa de Metas. Este tem por finalidade definir as ações prioritárias a serem realizadas nos quatro anos de mandato. No eixo Desenvolvimento Institucional, uma das metas estabelecidas destinada para o tema de zeladoria urbana. Posteriormente, a meta estabelecida desdobrou-se no Projeto Cidade Linda que abordaremos no próximo capítulo. “Garantir ações concentradas de zeladoria urbana em 200 eixos e marcos estratégicos da cidade de São Paulo¹¹.” (PROGRAMA DE METAS, 2016, p. 13). Semelhante ao Programa de Governo de Suplicy, é observado um direcionamento de discurso para os eleitores. O que os distingue substancialmente como propostas é que o de Suplicy enfatiza mais os problemas existentes na cidade, com erupção de um pressuposto pré-construído. Já o de Dória prioriza apontar soluções para os problemas, principalmente quando o projeto já aponta indicações de parcerias ‘*em conjunto com a iniciativa privada, em regime de parceria público-privada*’. Na mesma linha, o Programa de Metas refina um pouco mais as propostas do Programa de Governo, mencionando ainda, os programas que serão criados.

Nos poucos exemplos que trouxemos à baila, podemos observar dois modos distintos de governar decorrentes não apenas das filiações partidárias desses políticos, mas sobretudo pelo modo como esses governos constituem discursivamente os sujeitos para quem governam. Nesse ponto, é preciso retornar às proposições foucaultianas do curso *Do Governo dos Vivos* (2018, p. 6), em que o filósofo problematiza o poder como mecanismo de exploração e

¹⁰ Programa de Governo – Acelera São Paulo! Candidato a prefeito João Dória e vice Bruno Covas. Tema: Desenvolvimento Institucional e subtema: Projetos Especiais p. 46 Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

¹¹ Programa de Metas 2017 – 2020 | Versão Final Participativa. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/planejamento/programa_de_metas_20172020/. Acesso em: 27 abr. 2022.

dominação. Ele assim procede partindo dos estudos da governamentalidade e das técnicas da abordagem do exercício do governo e das relações entre o exercício do poder e as manifestações da verdade. Essas concepções teóricas serão estudadas e aprofundadas nos próximos capítulos, correlacionadas aos objetos de estudos, buscando articular os discursos dos Programas de Governo aos discursos arquitetônicos urbanísticos dos espaços públicos na emergência da cidade como discurso.

2. INTERVENÇÕES, ESTRATÉGIAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

De uma forma ainda mais concreta, o problema da disposição das coisas surge à Humanidade na forma da demografia. Este problema do sítio humano ou do lugar vivo não se reduz apenas a saber se existirá ou não espaço para todas as pessoas no mundo – que é decerto importante – mas também saber que relações de propinquidade, que tipos de armazenamento, circulação, marcação e classificação de elementos humanos devem ser adoptadas em determinadas situações para atingir determinados fins. A nossa época é tal que os sítios se tornam, para nós, uma forma de relação entre vários sítios.

(MICHEL FOUCAULT, 1967¹²)

Os modelos de transformação urbana são proposições recorrentes nos programas de governo e atuam a fim de reverter a degradação socioespacial, além de atuarem estrategicamente como crítica a gestão vigente. Os projetos possuem capacidade de provocar transformações significativas nos territórios, contudo, trazem à luz a intensificação da disputa pelo espaço. As nomenclaturas dos planos urbanos públicos são variadas e suas abordagens distintas. ‘Renovação’, ‘reabilitação’, ‘revitalização’ e ‘requalificação urbana’ são terminologias utilizadas para denominar intervenções de cunho urbanístico realizadas com o objetivo solucionar uma ampla série de problemas relacionados com a vida na cidade e com os indivíduos que nela habitam. Considerando a recorrência do elemento designativo de repetição, o prefixo “re” em todas as palavras, observamos que todas as terminologias denotam no sentido

¹² De Outros Espaços. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 mar. 1967.

de refazer. Contudo, apesar de certas semelhanças, os conceitos possuem distinções e cada processo resulta em um efeito diferente para a área urbana envolvida na intervenção.

O termo ‘renovação’ de acordo com Moura (2006, p. 4), é uma forma de intervenção que consiste na reestruturação dos centros urbanos existentes, marcado pela substituição total ou parcial de edifícios antigos por construções novas, alterando características morfológicas e tipológicas. Infraestrutura e espaços urbanos são refeitos seguindo a nova tipologia adotada. Um dos exemplos mais icônicos é a Renovação de Haussmann, em Paris, em meados do século XIX. O projeto consistiu na demolição dos prédios medievais e construção de largas avenidas, novos parques, praças e implantação de novos sistemas de esgoto, fontes e aquedutos. A nomenclatura ‘reabilitação urbana’ compreende o processo de transformação do espaço urbano, englobando obras de conservação, reconstrução e ampliação das edificações existentes adaptadas a novas situações em termos de funcionalidade urbana sem descaracterizar o patrimônio urbanístico. Diferentemente do restauro, não se restringe a reconstituição original da edificação, além disso, apresenta menor custo comparado a operação de renovação urbana que engloba demolição e reconstrução. O conceito ‘revitalização’ abarca a refuncionalização do espaço ou da construção. Segundo Moura (2006, p. 21) a revitalização urbana obriga a intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, abrangendo desde as condições socioeconômicas ou no quadro de vida de um determinado território, atuando de forma global e integrada. Por ‘requalificação’ temos ações que priorizam a construção e a recuperação de áreas degradadas, valorização dos espaços públicos e melhora nas condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos, infraestruturas e valorização do espaço público. “Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (sendo frequentemente apelidada de uma política de centralidade urbana).”. (MOURA et al., 2006, p. 20).

Para a análise que se pretende empreender foram selecionados, no âmbito dos planos de governo da cidade de São Paulo, projetos voltados para questões urbanísticas direcionados para os espaços públicos da cidade, servindo como delimitação do recorte o período de um quinquênio. Orlandi (2009, p. 66) nos ensina que o trabalho de análise do discurso já se inicia desde a seleção do corpus de pesquisa, “[...] pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções [...]”. Assim, coerente com a metodologia da análise de discurso de vertente francesa, pontua-se que o dispositivo analítico do objeto é construído no batimento com o dispositivo teórico mobilizado.

O primeiro projeto selecionado foi implantado no ano 2001, intitulado *Operação Belezura*, durante o plano de governo da candidata a prefeita Marta Suplicy. O projeto contempla parcialmente aspectos previstos no Plano Diretor Estratégico (PDE) – Lei nº 13.430 de 13 de setembro de 2002, que determina:

[...] cabe ao governo municipal assumir um papel ativo no planejamento do desenvolvimento urbano, de caráter inclusivo, no sentido de reverter as tendências predominantes de segregação social, assumindo como objetivos: induzir investimentos; gerar contrapartidas que impliquem ganhos urbanísticos, sociais e ambientais; maximizar os impactos sociais positivos das atividades empresariais; interferir nos critérios locacionais dos investimentos, criando novas centralidades; promover a utilização mais equilibrada e socialmente equitativa do solo urbano; favorecer a regularização fundiária e a moradia social; melhorar a rede estrutural viária em função de priorizar o transporte público de massa; estimular a participação popular e democrática nos processos decisórios relativos ao desenvolvimento urbano; e recuperar, ampliar e valorizar o meio ambiente e os espaços públicos. (WILHEIM, 2006, p. 249)

O segundo projeto escolhido para o estudo foi o *Projeto Cidade Linda*, implantado na gestão do prefeito João Dória, presente no Programa de Metas 2017 – 2020. O Programa de Metas que é o instrumento norteador das prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, de acordo com o exigido pela Lei Orgânica do Município a partir de 2008. O programa divide-se em cinco eixos sendo que o *Projeto Cidade Linda* integrante do eixo de Desenvolvimento Institucional.

O eixo objetiva promover São Paulo como uma metrópole global, com governo aberto e transparente, que dialoga com seus cidadãos e valoriza seus bairros, por meio de processos participativos. Além disso, o eixo visa tornar São Paulo uma cidade referência em serviços, estrutura, negócios e integridade. (SÃO PAULO, 2017, p. 6)

Os projetos *Operação Belezura* e *Projeto Cidade Linda* propostos pelas gestões Marta Suplicy (2001- 2004) e João Dória (2017 - 2020) respectivamente, são projetos que englobam ações voltadas a zeladoria urbana na cidade de São Paulo. Ambos projetos contemplam: recuperação de praças e canteiros, limpeza de monumentos, manutenção de logradouros e reparos nas calçadas, manutenção de iluminação pública, limpeza de pisações, instalação de câmeras 24 horas, entre outros.

A partir dos títulos dos projetos *Operação Belezura* e *Projeto Cidade Linda* é possível inferir que similarmente os projetos empenham-se em tornar a cidade mais bela, explicitando uma determinada visão ideológica de cidade, determinando o que é belo ou feio a partir do ponto de vista de cada gestão. Enquanto ‘*Belezura*’ remete a uma pauta mais ao popular, ‘*Cidade Linda*’ remete a uma pauta mais tradicional, e apesar das similaridades, são dois modos

distintos de conceber os projetos. É necessário ainda, compreender se os títulos dos projetos se propõem de fato ao que enunciam, traduzindo sua essência ou como Pêcheux (1993, p.82) define por discurso “[...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B.”. A representação imaginária de beleza pelo ponto de vista do poder público está associada com a padrões estéticos e culturais estabelecidos pela sociedade contemporânea e alteraram-se ao longo do tempo, tornando a cidade por vezes cada vez mais mercantilizada e privatizada. Essa discussão sobre a transformação urbana e a busca por uma estética específica, será abordada posteriormente, destacando o contraste entre essa busca por beleza e a realidade de certos grupos sociais marginalizados, como o caso dos moradores de rua. Será explorado como esses indivíduos, muitas vezes negligenciados pela representação pública da cidade são ocultados, evidenciando uma dicotomia entre a narrativa estética promovida pelo poder público e as realidades sociais subjacentes.

Nessa perspectiva, apresentamos alguns desdobramentos dos projetos selecionados no que tange à produção dos espaços citadinos a partir dos discursos construídos pelo poder público e seus gestores. E por fim conduziremos um olhar para os conflitos que permeiam a população que são atravessadas por esses discursos e reivindicam transmutar a posição de sujeito no funcionamento do discurso.

2. 1 Operação Belezura (2001 – 2004)

Prefeita eleita em São Paulo com mandato entre 2001 e 2004 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Marta Suplicy lançou ao final do primeiro mês como chefe do Poder Executivo Municipal o projeto intitulado *Operação Belezura*. O projeto compreende as Diretrizes de Política Urbana relacionadas aos Espaços Públicos e de Melhoria Urbana proposto inicialmente no Programa de Governo, que descreve:

6. A proposta de política urbana pretende enfrentar a crise da cidade construindo uma nova estratégia de governo que incida sobre a exclusão territorial e degradação do ambiente urbano, ampliando a cidadania.¹³

¹³ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 05 mai. 2022.

O Programa de Governo apresenta estratégias de intervenções que objetivam a reconstrução do território e sua forma de gestão, além de listar uma série de estratégias que deverão ser empregadas de forma a reconstruir o território para o alcance dos objetivos propostos, mobilizando os instrumentos dispostos pela prefeitura.

Tomaremos como exemplo de análise o primeiro item estratégico proposto nas Diretrizes de Política Urbana que compõe o Programa de Governo e determina:

7. a. formas de indução e controle do uso e ocupação do solo através de estratégias de regulação¹⁴

Detenho-me neste ponto, pois evidencia a operação do poder emergindo no discurso. Ou como Foucault explicita em *O sujeito e o poder*, “O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do governo.” (FOUCAULT, 1995 [1983]. p. 244). Além disso, fica evidente a contradição, quando temos por proposta de política urbana: ‘estratégia de governo que incida sobre a exclusão territorial’ em contraposição com ‘formas de indução e controle do uso e ocupação do solo’. Comparando os dois pequenos excertos, percebemos a incompatibilidade nos discursos sendo contraditório o governo mobilizar objetivos que visam mitigar a exclusão territorial e ao mesmo tempo propor regulações que visam induzir e controlar o uso do solo.

Mobilizaremos nossa atenção agora para algumas das ações promovidas pela *Operação Belezura* e que consistem principalmente em serviços de limpeza urbana, conservação de praças, monumentos, manutenção de calçadas e vias. “Vamos começar uma limpeza na cidade, que vai desde uma ação contra a corrupção nas administrações regionais à limpeza de verdade.”¹⁵ - disse a vencedora do pleito. Na ação inaugural, realizada no estádio do Pacaembu, bairro nobre situado entre as zonas Oeste e Central, a ação limitou-se a lavar e pintar a parte externa do estádio, que permaneceu carente de limpeza interna e com deficiência de infraestrutura. Na imagem a prefeita eleita participa da primeira ação do projeto, pousando para fotógrafos no momento que é realizada a pintura dos muros do Pacaembu, considerado um dos bairros mais valorizados da capital paulista.

¹⁴ Idem nota anterior.

¹⁵ Matéria da Folha de S. Paulo de 19 de dezembro de 2000, Chico de Gois da Reportagem Local. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1912200002.htm>. Acesso: 18 abr. 2022.

Figura 7 - Marta Suplicy participa da primeira ação do Projeto Belezura



Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_09marta_20.shtml. Acesso: 12 jan. 2022.

A imagem representa um flagrante da política performativa de uma prefeita, ou seja, uma estratégia de propaganda política. Nos termos de Pêcheux (1990 [1982], p. 11) a barreira política invisível “[...] que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*¹⁶, na medida que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política.”.

Pêcheux ainda destaca:

[...] o importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa “dois mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível à relação de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito [...] (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11).

A instância midiática representada pela atuação da imprensa, nesse caso, coloca em evidência o performativo e atua como instrumento de fazer circular e tornar o evento uma notícia. Durante a inauguração ocorreu ainda a intercorrência de um protesto coordenado por um grupo de jovens da zona sul que cobravam atenção da administração para as áreas das zonas periféricas. “É um equívoco começar a limpeza numa área que menos precisa. “Queremos que a ‘belezura’ vá para a periferia em todos os sentidos, principalmente para varrer a violência”¹⁷, - disse Luiz Carlos dos Santos, 44, coordenador do *Movimento Tome uma Atitude Zona Sul pela Não-Violência*. O protesto evidencia que a população periférica reivindica políticas igualitárias

¹⁶ Grifos do autor.

¹⁷Matéria publicada na Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200122.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

e repudia a distinção na distribuição de serviços e benfeitorias realizadas na cidade, que privilegiam apenas determinadas regiões. Os movimentos sociais lutam pela política igualitária, que privilegie a população em toda a sua pluralidade. Na imagem, jovens da Capela do Socorro com camisetas manchadas simulando sangue estendidos no chão e armas de brinquedo protestam contra a violência na periferia de São Paulo.

Figura 8 - Jovens da Capela do Socorro protestam na inauguração do Projeto Belezura



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200122.htm>. Acesso: 12 jan. 2022.

A manifestação trouxe visibilidade ao tema da periferia por ser realizado em um ato inaugural e com ampla cobertura da imprensa. As reivindicações dos movimentos sociais de aplicação de política igualitária e investimento em segurança evidenciam a divergência na distribuição de benfeitorias pelo poder público e a manutenção da segregação socioterritorial. Procurando compreender discursivamente como o planejamento urbano se organiza, conforme Zoppi-Fontana (1998, p. 47) destaca, o urbanismo propõe mudar os espaços a fim de mudar a vida, porém se observa frequentemente “[...] o hiato crescente entre uma cidade legal (limpa, organizada, planejada) e uma cidade real (que seria sua contraparte); uma cidade que só existiria no papel, na letra da lei, e uma cidade de carne e osso (e sangue)”. A performance da manifestação como forma de protesto passa a ser uma apropriação simbólica do sujeito manifestante que entra em confronto entre o discurso do urbano produzido pela administração pública e o discurso da cidade produzido pela manifestação. Isso tudo recortado pelo discurso midiático que seleciona os acontecimentos que serão reportados pela instituição jornalística.

Em abril do mesmo ano, a prefeita visita a sede da administração regional de São Matheus onde inaugura a praça correndo com crianças do bairro. Novamente somos tomados pelo exercício do performativo, pois outra vez temos a propaganda de governo acontecendo. Em setembro de 2002, a prefeita inaugurou em Parelheiros (zona sul) a primeira praça integrante do Programa Centro de Bairro, projeto elaborado pela Emurb (Empresa Municipal

de Urbanização) que pretende transformar áreas públicas, principalmente das zonas periféricas em miniparques equipados com pistas de skate, playgrounds e outros equipamentos. Foi proposto inicialmente a implantação de 57 centros de bairro, mas em pouco mais de um ano a meta recuou para entorno de 20 centros, tendo a desaceleração justificada pela baixa arrecadação, de acordo com Mauricio Faria¹⁸, presidente da Emurb. Na imagem a prefeita corre sorridente pela praça em trajés sociais.

Figura 9 - Marta Suplicy corre na inauguração de praça em São Matheus



Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_09marta_20.shtml. Acesso: 12 jan. 2022.

A *Operação Beleza* foi implantada no primeiro mês de mandato, mas foi se descaracterizando ao longo da gestão e sofrendo grandes cortes de orçamento. As áreas contempladas pela iniciativa aos poucos foram se degradando com o abandono dos serviços de zeladoria, transmitindo uma imagem de abandono por parte da gestão municipal. A par disso, podemos inferir que o projeto não atingiu a muitos dos objetivos propostos nas Diretrizes de Política Urbana, que tinha por objetivo

8. formular estratégias de intervenção que reconstruam o território e sua forma de gestão.¹⁹

Nas imagens a seguir, observamos o discurso midiático atuando como uma instância de poder que seleciona, recorta, constrói por imagens e faz circular os dados, recontextualizando

¹⁸ Matéria publicada pela Folha de S.Paulo referente a inauguração da 1ª praça do programa Centro de Bairro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2509200224.htm>. Acesso em: 11 mai. 2022.

¹⁹ Programa de Governo Muda São Paulo, Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 21 mar. 2023.

as práticas discursivas. Nesse âmbito, a produção de conteúdo se dá a partir da tríade entre ação, poder e comunicação. Nas imagens selecionadas observamos alguns desfechos ao final da gestão municipal. Abaixo temos a Praça dos Libaneses, na Av. Jornalista Roberto Marinho, visualizamos o mato alto tomando conta da praça, que anteriormente foi uma das regiões contempladas pelas benfeitorias do *Projeto Operação Beleza*.

Figura 10 - Abandono de zeladoria na Praça dos Libaneses.



Fonte: <https://www.sampaonline.com.br/reportagens/aherancademartasuplicy.htm>. Acesso: 12 jan. 2022.

Além disso, nos primeiros meses de gestão diversos mutirões tapa-buracos foram realizados para recuperar as vias da cidade. As medidas paliativas não tiveram durabilidade e ao final da administração muitos buracos estavam novamente espalhados pelas pistas das principais avenidas da cidade. Nestas imagens temos a Av. Washintgon Luís (Chácara Flora) completamente esburacada. De acordo com dados divulgados no SP/TV ²⁰ em 7 de janeiro de 2005, haviam trinta mil buracos nas ruas da cidade de São Paulo.

²⁰ Dado extraído da matéria do Portal Sampa Online. Disponível em: <https://www.sampaonline.com.br/reportagens/aherancademartasuplicy.htm>. Acesso em: 11.mai. 2022.

Figura 11 – Buracos na Avenida Washintgon.



Fonte: <https://www.sampaonline.com.br/reportagens/aherancademartasuplicy.htm>. Acesso: 12 jan. 2022.

A coleta de lixo também foi prejudicada e no fim do mandato toneladas de lixo se acumulavam nas ruas de São Paulo, após Suplicy anular por decreto despesas já revistas no orçamento. Os serviços de limpeza urbana sofreram um corte de mais de R\$ 220 milhões. Nas imagens que seguem temos a Rua Luís Correia de Melo, em Santo Amaro entulhada de lixo.

Figura 12- Região de Santo Amaro repleta de lixo



Fonte: <https://www.sampaonline.com.br/reportagens/aherancademartasuplicy.htm>. Acesso: 12 jan. 2022.

Através da análise dos projetos executados pela prefeitura e do abandono de algumas intervenções no fim do mandato, podemos inferir que o discurso político eleitoral da candidata estava relacionado a um contexto e condições de produção no momento que estava sendo elaborado. A partir do momento que as condições de produção foram modificadas os discursos também se alteraram, como por exemplo, os novos estabelecimentos de metas justificados por reduções orçamentarias. E assim foram surgindo outros discursos, justificados pelo surgimento de novas situações.

2.2 Projeto Cidade Linda (2017 – 2020)

O *Projeto Cidade Linda*, lançado no dia 02 de janeiro de 2017, presente no Programa de Metas da Cidade de São Paulo (2017 – 2020) foi concebido e idealizado pela gestão municipal do prefeito João Doria e do vice-prefeito Bruno Covas (PSDB). O projeto constituiu-se como parte integrante do Programa de Governo, no qual estipulava como ‘Projetos Especiais’ integrante do tema de ‘Desenvolvimento Social’. O *Projeto Cidade Linda* consiste em um conjunto de ações que visam revitalizar áreas de todas as regiões do município de São Paulo, com ações contínuas envolvendo prefeituras regionais, secretarias municipais, parcerias com iniciativas privadas, ONGs e a comunidade em geral.

Implementado pelas 32 Prefeituras Regionais, o *Projeto Cidade Linda* tem como norteador: “Os serviços básicos de zeladoria são essenciais para a imagem da cidade, impactando em diversos aspectos do desenvolvimento local, desde a redução de índices de criminalidade ao aumento da autoestima de seus cidadãos(as).” (SÃO PAULO, 2017, p. 434). Em uma das ações realizada em fevereiro de 2017, na região da Praça da República, localizada no centro da cidade, o prefeito regional Eduardo Odloak destaca: “Estamos somando esforços para oferecer uma cidade mais bonita, organizada e que continue dando foco na preservação e convivência nos espaços públicos.” (SÃO PAULO, 2021). A implantação do projeto foi marcada pela constante presença dos gestores João Doria e Bruno Covas, que frequentemente faziam questão de ‘pôr a mão na massa’, participando ativamente das ações de zeladoria, sempre acompanhados dos prefeitos regionais e de forte cobertura da imprensa. (Figura 01: Doria vestido de gari; Figura 02: Dória e Covas plantam árvores em ação do Projeto Cidade Linda).

Figura 13- João Dória vestido de gari.



Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-de-veste-de-gari-em-seu-1-dia-de-trabalho-como-prefeito-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso: 07 out. 2021.

Figura 14 - João Dória e Bruno Covas plantam árvores no Projeto Cidade Linda.



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=242550>. Acesso: 07 out. 2021.

Esse ‘vestir a camisa’ performatiza o ato de converter o gestor em funcionário da zeladoria municipal. Similarmente a outros exemplos citados anteriormente, temos uma estratégia performativa de propaganda política. Adentrando ao que diz Pêcheux (2015, p. 86) a respeito da língua de Estado, trata-se de “[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe[...]”. Pêcheux recorre as teses Tchakhotin sobre as práticas da bio-psicologia da propaganda e

sintetiza que na propaganda política são mobilizados as “formas históricas de assujeitamento do indivíduo” (PÊCHEUX, 2015, p. 80).

Sendo assim, fica explícito na primeira imagem (figura 13), que as atitudes dos gestores municipais são ações que manifestam discursivamente a emergência do desejo de limpar a cidade em vários possíveis sentidos, além do forte apelo midiático. Considerando o efeito de sentido que ocorre discursivamente, podemos pensar que se, por um lado, o performativo estabelece que o dizer põe em ato uma ação, por outro lado, discursivamente podemos pensar o que isso representa, porque para os prefeitos não basta o dizer. Para além do performativo da língua, precisam fazer uma performance corporal trajando-se a caráter e simulando executar os serviços, ou seja, precisam produzir uma performance do fazer. Nesse ponto, é preciso deixar claro a posição de sujeito que ele representa, no caso, a conversão do gestor a zelador, há só um lugar de direito.

Outro evento no início da gestão e novamente noticiado de forma ampla pela mídia foi a cobertura com tinta cinza de pichações e grafites espalhados pela capital paulista. As ações, também integrantes do *Projeto Cidade Linda*, incluíram a ampliação do sistema de iluminação pública, instalação de câmeras de vigilância e reforço na atuação da equipe da GCM (Guarda Civil Metropolitana) que atuou com o objetivo de coibir a ação dos pichadores que se utilizam dessa forma de intervenção urbana como uma espécie de projeção social e espaço de visibilidade. Foi proposto pela gestão municipal a criação do “grafitódromo”²¹ com objetivo de limitar e restringir o espaço destinado a esse tipo de manifestação urbana, que passou a ter um lugar específico para sua realização. A estratégia de ampliação da vigilância como mecanismo de coibição de infrações nos remete ao modelo panóptico explorado por Foucault em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1987), no qual o autor destaca que a total vigilância é um requisito eficiente na garantia da disciplina e na medida em que o indivíduo sabe que está sendo vigiado o tempo todo passa-se a construir condutas e assujeitar os indivíduos. Infere-se desta forma, que a visão ideológica de beleza dessa gestão, pautasse no viés disciplinar como forma de manutenção.

“Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. [...] Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente

²¹ Área reservada na cidade destinada exclusivamente ao grafite, inspirado no bairro Wynwood Arts District, em Miami, com lojas de itens licenciados.

os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição.” (FOUCAULT, 1987, 167-168).

Com a modernização dos sistemas de monitoramento e ampliação de programas, aplicativos e tecnologias a população torna-se cada vez mais vigiada e submetida aos sistemas de poder. Os sistemas gerenciadores de bancos de dados garantem o monitoramento da população que se encontra cada vez mais conectada aos sistemas de informação. O panoptismo desenvolvido por Bentham em Foucault apresenta como sistemas arquitetônicos eficientes são capazes de garantir a administração de prisões, escolas, hospitais e fábricas. A vigilância onisciente é uma forma eficiente de controle dos sujeitos. Foucault (1987, p. 166) descreve: “Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.”. A docilidade e a obediência são garantidas a partir da instauração da vigilância e do monitoramento.

O *Projeto Cidade Linda* desdobrou-se em diversas outras ações e como recorte do trabalho selecionamos a prática de dois serviços que consideramos na contramão do que deve ser priorizado na projeção dos espaços públicos. A entrada dessas duas práticas de intervenção no corpus se dá devido a necessidade de trazer à tona as contradições que envolvem as estratégias voltadas para a manutenção e melhoria dos espaços da cidade. O planejamento urbano domestica os sentidos da cidade: “As condições materiais concretas da cidade antes de serem trabalhadas já são evitadas pelo planejamento, pela administração. [...] evitam-se os conflitos, silencia-se o que demanda sentido e evitam-se os deslocamentos reais.” (ORLANDI, 1999, p.66). Diferentes formas do discurso atuam no planejamento dos espaços públicos, produzindo sentidos, silenciamentos e deslocamentos. O espaço urbano – que, de acordo com Orlandi (2004, p. 149),

[...] como um espaço particular de significação, observando-o a partir de dois movimentos – como a cidade se diz e como o dizer se especializa na cidade – tenho verificado que há um silenciamento do real da cidade – acompanhado de um apagamento do social – que se dá pela sobreposição do que chamei de discurso do urbano sobre a cidade. Esse discurso do urbano deriva de um movimento de generalização do discurso do urbanista que passa a fazer parte do senso-comum e homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso no discurso ordinário, no discurso administrativo, no burocrático, no do Estado tomando a forma do jurídico, ou do político etc. (ORLANDI, 2004 p.149).

Com essas considerações, destacaremos as intervenções realizadas em dois viadutos centrais do município de São Paulo. A primeira ação foi realizada no primeiro mês de gestão, em janeiro de 2017. A medida consistiu na instalação de tela de proteção de fachada verde debaixo do *Viaduto 9 de Julho*, circundando a área onde havia uma grande concentração de pessoas em situação de rua. A área que compreende a região da *Praça XIV Bis*, no Centro da

cidade, foi utilizada para a realocação dessas pessoas durante a realização de serviços de limpeza do *Projeto Cidade Linda*. (Figuras 03 – vista externa da instalação da tela verde envelopando o viaduto; Figura - 04: vista interna do viaduto).

Figura 15 - Vista externa de viaduto envelopado.



Fonte: GAZETA ONLINE, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2017/01/tela-de-prefeitura-oculta-moradores-de-rua-sob-viaduto-em-sao-paulo-1014011547.html>. Acesso: 11 out. 2021.

Figura 16 - Vista interna do viaduto envelopado.



Fonte: FOLHA DE S. PAULO, 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847589-prefeitura-esconde-moradores-de-rua-e-limpa-praca-14-bis-para-cidade-linda.shtml>. Acesso: 11 out. 2021.

A ação realizada pela prefeitura de circundar o viaduto com a tela de nylon verde nos faz presumir uma certa intencionalidade de esconder o que se passa no local, o abrigo das

peessoas em situação de rua, tornando a todo custo a ‘Cidade Linda’, até porque uma tela instalada sob um viaduto não exerce nenhuma outra função além dessa, ocultar. Os transeuntes ou motoristas mais desavisados podem inclusive, não perceber a presença das pessoas em situação de rua no local. A medida funciona como forma de apagar os moradores de rua da cidade. Será que o apagamento dessa população se dá por destoar do imaginário de cidade linda? Pensando sobre essa perspectiva, relacionada aos aspectos de precariedades a qual determinadas populações são submetidas, Butler, (2018) destaca: “[...] a condição de precariedade é diferentemente distribuída, e que tanto a luta contra quanto a resistência à precariedade têm que estar baseadas na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis.” (BUTLER, 2018, p. 78). A operação do poder não ocorre de forma igualitária e sua aplicação é desigual para determinadas parcelas da população, o que reforça que a desuniformidade se opera principalmente sobre habitantes que são destituídos de vida política. Isso que Butler nos traz, sobre a operação do poder no modo de pensar os espaços é algo que Foucault já nos sinalizava em relação aos espaços disciplinares e a operação do biopoder.

Outra intervenção realizada pela Prefeitura de São Paulo, ainda em se tratando dos viadutos da cidade e que também causou bastante polêmica e mobilizou a opinião pública, foi a instalação de pedras sob diversos viadutos, dentre eles o *Viaduto Dom Luciano Mendes* e o *Viaduto Antônio de Paiva Monteiro*, com vistas a impedir, desta forma, a permanência das pessoas em situação de rua no local. Se para Drummond ‘*No meio do caminho tinha uma pedra*’, para os sem teto ‘*embaixo do viaduto tinham muitas pedras*’. (Figura 05 e 06 - pedras instaladas sob viadutos na Zona Leste de São Paulo).

Figura 17 - Pedras instaladas sob viaduto Dom Luciano Mendes, na zona leste da capital.



Fonte: Folha UOL, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml>. Acesso: 12 out. 2021.

Figura 18 - Pedras instaladas sob o Viaduto Antônio de Paiva Monteiro.



Fonte: YAHOO, 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp-130102770.html>. Acesso: 23.out. 2021.

A instalação ocorreu principalmente nos anos finais de gestão, quando Bruno Covas (PSDB) assumiu o cargo de prefeito, mantendo-se na gestão seguinte, devido à permanência do mandatário após o novo sufrágio. Em síntese, após um ano e três meses de mandato, João Doria (PSDB) deixou o cargo para disputar a candidatura para o Governo do Estado de São Paulo e Covas assumiu a prefeitura. A instalação das pedras ocorreu principalmente em regiões como Sé, Guaianases e Mooca. Sendo a Mooca a segunda região com maior população em situação de rua na capital paulista. Vale ressaltar que a evolução do quadro da população de rua desde o

início dos anos 2000, de acordo com o censo 2021, tem crescido de forma exponencial, passando de 8.706 indivíduos no ano 2000 para 24.344 pessoas identificadas em 2019 e saltando para 31.884 pessoas no ano de 2021, um crescimento superior a 31% em apenas dois anos, agravado principalmente como um dos reflexos da pandemia de covid-19, que trouxe impacto global na sociedade acentuando ainda mais as questões da desigualdade.

Essas intervenções, duramente criticadas pela sociedade e que tiveram forte repercussão, vão de contramão ao conceito de cidade como espaço de convivência e inclusão. São ações estratégicas que vinculadas ao planejamento urbano funcionam como método para fomentar a segregação urbana, podendo ser compreendido como micropoderes que se destinam exclusivamente como forma de disciplina e controle dos cidadãos. Essas estratégias, utilizadas pela Prefeitura de São Paulo para coibir a permanência das pessoas em situação de rua sob os viadutos da cidade, fazem parte do que conhecemos como arquitetura hostil, também chamadas de desurbanidade, pois segrega, é violenta, e funciona como forma de controle e exclusão social. São elementos urbanos criados exclusivamente com a finalidade de segregar os indivíduos por aquilo que eles representam como sujeitos de consumo na cidade. Com essas considerações sobre a segregação social e/ou espacial, Caldeira (2011) afirma que:

[...] promove a separação e ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Consequentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação. (CALDEIRA, 2011, p. 212)

As arquiteturas hostis aplicadas nos viadutos de São Paulo têm intuito de inibir a utilização dos espaços públicos por pessoas que vivem em vulnerabilidade social e são vistas como políticas higienistas, pois apenas escondem os problemas e não priorizam solucionar os conflitos relacionados a essa parcela da população. Essa ação de desurbanidade chamou a atenção do padre Júlio Lancellotti (coordenador da Pastoral do povo de rua da Arquidiocese de São Paulo) que não se intimidou ao utilizar uma marreta para remover pedras instaladas pela Prefeitura sob um viaduto da zona Leste. Através da grande mobilização popular, o caso repercutiu e foi aprovado pelo Senado em 31 de março de 2021 a “Lei Padre Júlio Lancelotti”, que proíbe o emprego de técnicas de “arquitetura hostil” em espaços de uso público.

Sob uma perspectiva discursiva, destacamos o que Foucault discorre no livro *História da Loucura*, de 1961, acerca dos excluídos por serem cidadãos dignos dos espaços públicos. Nesta obra, o autor argumenta como as configurações de poder determinam os espaços de exclusão, removendo dos espaços urbanos os corpos considerados em não conformidade ou os

ditos anormais, em cada período histórico específico. Nesse caso sob análise, os corpos em não conformidade são as pessoas em situação de rua, que não estão em conformidade com o sistema capitalista e de consumo a qual estamos inseridos.

A cidade de São Paulo, assim como muitas cidades de outras grandes capitais brasileiras, reflete, na projeção de seus espaços públicos, linguagens, muitas delas não-verbais, mas que nos permitem compreender sobre a organização da sociedade, seus conflitos e zonas de interesse voltadas a salvaguardar os interesses de apenas uma determinada parcela de população. O enfrentamento e a discussão sobre os processos de exclusão social são de fundamental importância para que a política seja pensada de forma mais igualitária, tornando as cidades mais inclusivas e acolhedoras a toda população, enfraquecendo as desigualdades e respeitando a pluralidade que a cidade é constituída.

3. DESCONSTRUINDO OS DISCURSOS DA CIDADE

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas.

(FOUCAULT, 2013)

Os desdobramentos teórico-metodológicos desenvolvidos neste trabalho pretendem elucidar como os Programas de Governo produzem discursos que se alicerçam como objeto social e histórico e, assim, incidem na construção de narrativas e estereótipos que reforçam determinadas relações de poder e dominação. Considerar o discurso do urbano e o discurso sobre o urbano²² contribui para identificar as formas como o discurso produz e reproduz as relações de poder que tem como fim a inclusão de uns e a exclusão de outros na cidade.

Trato nesta pesquisa, especificamente, dos Programas de Governo dos candidatos a prefeitos eleitos Marta Suplicy (PT) e João Dória (PSDB) nos anos 2000 e 2016, respectivamente. Cabe pontuar que em ambos os casos o comando da cidade muda para um governo de oposição. Como candidatos de oposição, as pautas de renovação da cidade recorrentes dos Programas de Governo desses candidatos à prefeitura de São Paulo apresentam a cidade sempre como um problema a ser solucionado.

Foucault (2004) apresenta uma perspectiva singular em relação à organização dos espaços, considerando estes como um produto das relações de poder/saber que existem dentro da sociedade. Para o autor, o espaço não é apenas o espaço físico ou geográfico, mas sim um espaço social construído através das relações entre pessoas e instituições. O espaço é moldado

²² O discurso urbano é a forma de comunicação das pessoas que vivem nas cidades, o discurso sobre o urbano é a forma de comunicação que trata da cidade como objeto de estudo.

por essas relações e é, por sua vez, utilizado como um instrumento para o exercício do poder, como forma de exercer e manter o controle social, incidindo sobretudo na forma como os indivíduos experimentam o espaço. Desse modo, o poder é exercido em todas as partes da sociedade, incluindo o espaço físico, como, por exemplo, os enclaves fortificados²³, os condomínios fechados e as minicidades²⁴.

A análise das materialidades dos dois Programas de Governo da cidade de São Paulo – Marta Suplicy (PT) e João Dória (PSDB) – demonstra que os discursos que constituem esses programas orientam-se de acordo como cada partido é guiado por sua visão político-partidária de direita ou de esquerda, assim, construindo significados distintos para uma mesma cidade. Por meio dos Programas de Governo é possível identificar, desde narrativas que constroem uma imagem negativa da cidade, como no caso de

9. [...] enfrentar a crise da cidade construindo uma nova estratégia de governo que incida sobre a exclusão territorial e degradação do ambiente urbano, ampliando a cidadania.²⁵

Associando desta forma a cidade como lugar de violência, desigualdade social e falta de infraestrutura, como também, outros discursos que buscam desafiar e subverter as narrativas hegemônicas sobre a cidade, produzindo novos sentidos e possibilidades para a vida urbana, revelando outras formas de construir e significar a cidade, a partir das experiências e vivências cotidianas dos seus habitantes.

Ao destacar o papel das instituições e dos discursos na formação da governamentalidade, Foucault (2008) chama a atenção para a complexidade e a sutileza do poder nas sociedades contemporâneas. O conceito de governamentalidade, abordado em "Segurança, Território, População" (2008), está ligado à produção de subjetividades e de identidades, e como esses processos têm implicações políticas e sociais significativas. A gestão da conduta dos indivíduos e da população como um todo fundamenta-se por meio da criação de normas, regras e regulamentos que moldam e direcionam a conduta das pessoas. Essa forma

²³ Enclaves fortificados são áreas ou territórios que foram cercados e protegidos por estruturas defensivas, como muralhas, cercas, muros ou fortificações, a fim de garantir a segurança de seus ocupantes ou para protegê-los de ameaças externas. Esses enclaves podem ser encontrados em contextos históricos, militares ou até mesmo em situações contemporâneas, onde comunidades ou instalações específicas precisam ser protegidas de maneira intensiva.

²⁴ A interpretação exata de "minicidade" depende do contexto em que o termo é utilizado, nesse caso nos referimos aos conjuntos habitacionais distantes e sem infraestrutura que segregam população de baixa renda.

²⁵ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 05 mai. 2022.

de poder é exercida não apenas de forma repressiva, mas também de forma produtiva. A governamentalidade se baseia em um modelo de governança que se concentra na gestão dos corpos e das mentes dos indivíduos, com o objetivo de torná-los auto-reguláveis e autogerenciáveis. Foucault entende a governamentalidade como

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a **população**, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. [...] por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “**governo’ sobre todos os outros** - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144, grifos do autor)

As definições de governamentalidade, segundo Foucault, referem-se às práticas, técnicas e estratégias por meio das quais o poder é exercido para governar os outros, governar a si mesmo e governar a população como um todo. São as três dimensões em que o poder atua não apenas como uma relação de dominação, mas como uma rede complexa de mecanismos e dispositivos que moldam e regulam as condutas e comportamentos na sociedade. Para o autor, as técnicas de governo são práticas sociais que produzem formas específicas de subjetividade e poder.

Essas técnicas têm características próprias que as diferenciam entre si e são utilizadas para tratar diferentes aspectos da vida social. As técnicas de governo, segundo Foucault, são classificadas em três tipos principais: as tecnologias de poder (técnicas utilizadas para gerenciar e controlar a vida das pessoas, englobando disciplina, normalização, biopoder e controle dos indivíduos por meio de vigilância, punição e controle do tempo e do espaço); os dispositivos de segurança (utilizados para proteger a sociedade e os indivíduos de ameaças externas ou internas, incluindo a criação de instituições de segurança, como a polícia e os serviços de inteligência, e a adoção de medidas de segurança, como a vigilância e o monitoramento) e por fim, os programas de governo (referem-se às técnicas utilizadas para planejar e gerenciar as políticas públicas e incluem a formulação de políticas, programas e projetos governamentais, bem como a implementação e avaliação dessas políticas).

Cada uma das técnicas de governo apresenta características distintas e são utilizadas para tratar de diferentes aspectos da vida social. Foucault (2008) argumenta que o poder não

está centralizado no Estado, mas é exercido em diferentes níveis e por diferentes instituições e práticas sociais. Por isso, a análise das técnicas de governo é importante para compreender como o poder é exercido e como as sociedades são governadas.

Relacionando governamentalidade ao contexto dos Programas de Governo da cidade de São Paulo, é possível observar como, nesse cenário específico, o poder é exercido por meio da implementação de determinadas estratégias e práticas de governo. Retomo dois fragmentos dos Programas de Governos referentes ao orçamento para exemplificar empiricamente como se dão essas técnicas de governo. O primeiro retirado do Programa de Governo de Marta Suplicy e o segundo do Programa de Governo de João Dória, respectivamente:

10. Orçamento Participativo²⁶: É o eixo de uma política de participação que envolve a ativação de espaços públicos não estatais (como os conselhos setoriais e de segmentos vulneráveis) e o compromisso da convocação de um Congresso da Cidade para discutir políticas de desenvolvimento e planos estruturais a médio e longo prazos.²⁷
11. Criar mecanismos institucionais adequados para implementação de projetos em parcerias público-privadas, concessões e desestatizações para implementação de projetos que produzam espaços de qualidade na cidade, ampliando significativamente a atuação da iniciativa privada e de entidades representativas dos empresários e da sociedade organizada.²⁸

Ambos os excertos tratam sobre o orçamento destinado aos espaços públicos da cidade ao que cabe aqui relacionar semelhanças e diferenças no que respeita o destino da verba pública para o planejamento urbano por cada postulante ao cargo de gestor municipal. De imediato depreende-se que enquanto o primeiro propõe o ‘*Orçamento Participativo*’ e a ‘*ativação de espaços públicos não estatais*’, o segundo preconiza ‘*Criar mecanismos institucionais adequados para implementação de projetos em parcerias público-privadas, concessões e desestatizações*’. Como similitude, ambas as proposições apontam as parcerias como forma de dividir a responsabilização pela organização espacial da cidade, contudo, cada um deles busca estabelecer parcerias distintas para tal empreitada. Enquanto o Programa de Governo de Suplicy enfatiza a importância da participação de setores da sociedade civil na tomada de decisões e na

²⁶ O orçamento participativo é uma prática de gestão pública que visa envolver os cidadãos no processo de definição e alocação dos recursos públicos. Isso ocorre por meio de assembleias, fóruns, audiências públicas e outras formas de consulta popular, onde os indivíduos têm a oportunidade de apresentar propostas, discutir as prioridades de investimento e votar nas decisões orçamentárias.

²⁷ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 04 mai. 2023.

²⁸ Programa de Governo Acelera São Paulo, do candidato João Dória. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 04 mai. 2023.

construção de políticas urbanas, o Programa de Governo de Dória, por sua vez, recai na ampliação significativa do papel da iniciativa privada e das entidades representativas do empresariado na condução de projetos urbanos.

Para Foucault (2008), governar é um processo de produção de subjetividades e de produção de uma sociedade disciplinada e regulada. As técnicas de governo são utilizadas para moldar condutas, estabelecer normas e valores que regulem o comportamento e garantam a segurança e o bem-estar da sociedade.

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos. Não é portanto a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados. (FOUCAULT, 2008, p. 164)

Ao analisar a governamentalidade, o filósofo francês destaca a importância da análise do poder em sua dimensão microfísica, ou seja, nas relações cotidianas entre as pessoas e as práticas sociais que moldam a vida das pessoas. Nesse sentido, governar para Foucault não é apenas uma questão de controle e gestão, mas também de produção de subjetividades e de modulação dos comportamentos individuais e coletivos. O autor enfatiza ainda, a relação entre poder e subjetivação, ou seja, como os sujeitos são moldados e constituídos por meio dessas práticas de governo, que tanto incidem sobre as subjetividades dos cidadãos, como promovem certas normas, valores e modos de comportamento. Uma das principais abordagens de Foucault (2008) em relação à governamentalidade defende que o poder não é exercido apenas por meio de instituições estatais, mas também através de técnicas, discursos e práticas que moldam e regulam a conduta dos indivíduos e dos grupos sociais, tais como vigilância, classificação, normalização e disciplina.

A análise dos programas de governo à luz da governamentalidade de Michel Foucault (2008) revela uma perspectiva singular sobre como o poder político é exercido e mantido em uma sociedade democrática. Foucault argumentou que o poder não é apenas exercido pelo Estado ou por instituições específicas, mas também se manifesta através de técnicas e estratégias que moldam a forma como os indivíduos pensam, agem e se comportam. No contexto dos programas de governo, essa abordagem ganha destaque, pois através de sua análise podemos identificar claramente as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas pelos emissores políticos. As estratégias utilizadas visam além de comunicar propostas políticas

também influenciar a maneira como os eleitores percebem e aceitam essas propostas. Isso se alinha com a noção foucaultiana de que o poder opera através do controle dos discursos e das representações.

As características linguísticas e discursivas dos Programas de Governo de Suplicy (PT) e Dória (PSDB) refletem não apenas a diversidade ideológica, mas também as táticas usadas pelos diferentes grupos políticos no modo de atuação e identificação de ações político-partidárias. Aqui, podemos observar a influência das correntes políticas da direita e da esquerda, bem como algumas similitudes compartilhadas entre eles. Essas características linguísticas não são meramente instrumentais, mas desempenham um papel crucial na construção das identidades políticas e na mobilização dos eleitores. Algumas marcas linguísticas e discursivas criam efeitos de sentido que sinalizam as posturas político-ideológicas dos grupos conservadores e progressistas. Esses efeitos de sentido são parte integrante da estratégia governamental, pois moldam a percepção pública das políticas propostas.

Tomando-se por base as similitudes e dissimilitudes entre os programas de governo dos dois candidatos, na sequência, traremos outros fragmentos desses programas a fim de que se possa tencionar até que ponto esses aspectos sustentam-se de fato como semelhanças e diferenças ao ponto de caracterizar um governo de esquerda em oposição a um governo de direita. Para isso destacaremos, primeiramente, passagens do Programa de Governo da candidata Marta e, num segundo momento, do Programa de Governo de Dória, para, assim, traçamos as regularidades discursivas que possam evidenciar, em termos de discurso, o que está em jogo nas estratégias enunciativas que diferenciam ou não a esquerda da direita.

12. O governo do PT fará uma grande revolução no modo de governar a cidade, criando mecanismos públicos de controle sobre a ação de governo. E também novos mecanismos de participação e de decisão que vão permitir maior transparência no funcionamento da máquina e maior interferência dos cidadãos.²⁹

Neste fragmento observa-se o enfoque do enunciado recair no modo de participação do cidadão na gestão da cidade, enfatizando a participação ativa dos cidadãos e de suas representações políticas na tomada de decisões e na definição de planos de ação, além do papel central na fiscalização a fim de manter o controle das ações de e do governo. Isso reflete uma ênfase no que é posto como democracia participativa e inclusão. Trata-se neste caso de uma estratégia discursiva utilizada para promover uma determinada visão de governança e liderança.

²⁹ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 04 mai. 2023.

Consoante a isso, a forma de propor a inclusão do cidadão como agente de governo é posta como uma “revolução no modo de governar a cidade”, ou seja, algo inédito; experiência pela qual a cidade ainda não passou. Por sua vez, instaura-se a ideia do novo e uma atmosfera de expectativa.

13. A estratégia de descentralização das oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano procura abrir e multiplicar espaços de inclusão na cidade, através de:
- acesso democrático aos centros de emprego, consumo, lazer e cultura;
 - projetos de incentivo ao desenvolvimento local em espaços com alta concentração demográfica;
 - incidência na matriz de geração de viagens;
 - articulação de ações urbanísticas, de desenvolvimento econômico e de inclusão social;³⁰

Interessante notar como são elencados, no item 13. a. *‘acesso democrático aos centros de emprego, consumo, lazer e cultura’*. É estabelecido um paralelismo e uma gradação – em princípio pouco provável – entre emprego/consumo/lazer/cultura ao que se pode inferir uma leitura de que lazer e cultura são bens de consumo e de que é preciso pagar por isso, logo, o emprego entra nessa relação. Nesse sentido aquilo que se mostrou como uma diferença no modo de governo de esquerda, no tangente à questão social, aqui mostra-se contraditório, pois implicitamente aponta o capital como recurso para acesso a bens culturais e de lazer, logo, exima o governo da responsabilidade de uma ação direta a fim de cumprir essa demanda específica.

14. A estratégia de recuperação do ambiente urbano é uma ação sócio ambiental que redefine a gestão e o controle dos fluxos e resíduos urbanos e requalifica os espaços públicos, de forma a:
- diminuir os níveis de contaminação ambiental;
 - reduzir os riscos urbanos;
 - melhorar significativamente a paisagem;
 - priorizar o conforto dos pedestres, das crianças e idosos³¹

Ainda que posam ser consideradas ações importantes, os enunciados são genéricos e não especificam o que será feito e para quem. Em 14. a. *‘diminuir os níveis de contaminação ambiental’*, é sabido que a contaminação ambiental se dá de forma mais devastadora em áreas de maior vulnerabilidade onde saneamento básico é precário ou inexistente. Análogo a isso pode ser dito quanto 14. b. *‘reduzir os riscos urbanos’*, uma vez que os riscos urbanos são em maior concentração aqueles decorrentes das construções irregulares, sobretudo aquelas realizadas em encostas ou à margem dos rios, além das ocupações de prédios abandonados e degradados ocupados por parte da população sem teto. Já 14. c. *‘melhorar significativamente a*

³⁰ Idem nota anterior.

³¹ Idem nota anterior.

paisagem’ caberia a pergunta qual paisagem e para quem? Ou ainda o que significaria esse “melhorar a paisagem”? Excluir o que é “feito”?!

15. Estas estratégias implicam na construção de formas de cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal bem como o estímulo e incentivo à cooperação do poder público com organizações da sociedade civil e setores empresariais, pautados pelo objetivo da redistribuição da renda e poder na cidade.³²

O último excerto selecionado do Programa de Governo de Suplicy aborda a cooperação e redistribuição como pilares fundamentais da abordagem política. Nesse contexto, destaca-se a importância dada para estabelecer mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal, bem como com organizações da sociedade civil. Essa colaboração é vista como um meio essencial para alcançar um objetivo crucial: a redistribuição de recursos, tanto em termos de renda quanto de poder, em toda a cidade. A ênfase recai não apenas na necessidade de colaboração, mas também na equidade e justiça social como princípios orientadores dessa redistribuição. Nesse sentido, a cooperação se torna um mecanismo essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária, em que os benefícios do desenvolvimento urbano são compartilhados de maneira mais equitativa entre todos os cidadãos.

Passamos ao destaque de enunciados do Programa de Governo de Dória, para, também, identificarmos as regularidades discursivas mobilizadas como estratégias enunciativas de dizer que possam indicar uma orientação ideológica de direita:

16. Delegar à iniciativa privada, na forma de concessão, a prestação dos serviços funerários e a administração dos cemitérios municipais, cabendo 47 à Administração Pública a responsabilidade pela fiscalização e regulação das atividades concedidas;³³

Neste trecho, observamos uma forte ênfase na colaboração com o setor privado por meio de parcerias público-privadas e concessões. Isso sugere uma orientação política que busca diminuir a intervenção do Estado na administração urbana, transferindo a responsabilidade pela gestão desses serviços para a iniciativa privada e entidades empresariais. Esta abordagem visa a promoção de uma maior eficiência na gestão pública e uma redefinição das responsabilidades estatais na condução dessas atividades.

³² Idem nota anterior.

³³ Programa de Governo Acelera São Paulo, do candidato João Dória. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 04 mai. 2023.

17. Prestar serviços de zeladoria à cidade em micro áreas delimitadas, em conjunto com a iniciativa privada, em regime de parceria público-privada, consistentes em constante recapeamento, diuturna pintura de faixas e guias, intensa varrição, corte preventivo e remoção de árvores, ajardinamento, ordenação do trânsito, uso adequado de caçambas, limpeza eficaz de bueiros, manutenção intensa e conservação dos pontos de ônibus, com fiscalização pelas Prefeituras Regionais.³⁴

Neste trecho, concentra-se na eficiência e nos investimentos, ressaltando a importância da eficiência na gestão urbana e na utilização eficaz dos recursos. A ênfase na requalificação urbanística, na delegação de serviços à iniciativa privada e nas parcerias com o setor privado reflete uma clara preocupação em otimizar a administração das áreas urbanas.

18. Estudar modelagens de parcerias com a iniciativa privada para definir novos usos e ampliar investimentos em equipamentos como o Estádio do Pacaembu, Complexo Anhembi; Autódromo e Kartódromo de Interlagos, Jóquei Clube e outros.³⁵

O trecho final do Programa de Governo de João Dória aborda a questão da expansão de investimentos com ênfase em parcerias com a iniciativa privada para melhorias em equipamentos esportivos e de entretenimento, como estádios e autódromos. Essa abordagem evidencia a busca por um modelo de desenvolvimento que valoriza a colaboração entre o setor público e privado, com o intuito de promover não apenas a expansão de investimentos, mas também a modernização da infraestrutura urbana.

O contraste entre o programa de governo de João Dória (PSDB) e as propostas apresentadas no programa de Marta Suplicy (PT) revelam diferenças substanciais em suas abordagens políticas. Dentre as distinções mais notáveis, destacam-se a ênfase na parceria com a iniciativa privada, a busca pela redução da intervenção estatal, a promoção da eficiência na gestão pública e o impulso para a expansão de investimentos em diversos setores. É importante ressaltar ainda, que a projeção do discurso político do presente em direção às ações que serão implementadas no futuro, conforme delineado nesse contexto de programa de governo, evidencia a relevância da temporalidade na governança. Governar não se limita apenas a gerir o presente, mas também a influenciar as expectativas e aspirações futuras por meio do discurso político e da formulação de políticas públicas. A ênfase na cooperação com o setor privado, a busca por eficiência e a redução do intervencionismo estatal são características comuns em abordagens políticas que valorizam o mercado e a iniciativa privada como impulsionadores do desenvolvimento econômico e social. Essa perspectiva política enfatiza a importância da

³⁴ Idem nota anterior.

³⁵ Idem nota anterior.

liberdade de mercado e da minimização do papel do Estado na economia e na gestão pública como meios para alcançar seus objetivos.

Michel Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008), não oferece uma definição explícita do termo ‘regularidade discursiva’. No entanto, esse conceito pode ser compreendido a partir de suas abordagens teóricas. Em termos gerais, a regularidade discursiva refere-se aos padrões, regras e estruturas subjacentes que governam a produção e organização dos discursos em uma formação discursiva específica. Por formação discursiva, como Foucault a descreve, é um conjunto de regras, normas e convenções que orientam como o conhecimento é produzido, circulado e regulado em uma determinada época ou contexto social. Dentro de uma formação discursiva, as regularidades discursivas são as estruturas que determinam como os discursos são construídos, quais são suas características comuns e como eles se relacionam entre si.

Se a questão da ideologia pode ser proposta à ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se localiza, estrutura alguns de seus objetos, sistematiza algumas de suas enunciações, formaliza alguns de seus conceitos e de suas estratégias; é na medida em que, por um lado, esta elaboração escande o saber, o modifica, o redistribui, e, por outro, o confirma e o deixa valer; é na medida em que a ciência encontra seu lugar em uma regularidade discursiva e, por isso, se desdobra e funciona em todo um campo de práticas discursivas ou não. (FOUCAULT, 2008, p. 207)

As regularidades discursivas variam de uma formação discursiva para outra e podem ser identificadas pela análise dos discursos produzidos em um determinado contexto histórico e social. Elas são essenciais para entender como o poder é exercido por meio do discurso e como o conhecimento é construído e regulado em uma sociedade.

A análise dos fragmentos do corpus nessa seção demonstra o que é recorrente nas proposições dos dois programas de governo. As regularidades discursivas que aparecem nos programas de governo Marta Suplicy (PT) e João Dória (PSDB) nos possibilita compreender como a discursividade desses programas funcionam como dispositivos que não apenas comunicam políticas, mas também operam como instrumentos de poder para construir narrativas políticas específicas e moldar a percepção pública de diferentes abordagens em relação às questões sociais e econômicas. Cada programa de governo reflete uma perspectiva única sobre como enfrentar os desafios da governança urbana, revelando, assim, como o discurso desempenha um papel central na promoção de visões governamentais e no exercício do poder.

No programa de governo de Marta Suplicy temos como regularidades discursivas a ênfase em aspectos relacionados a gestão participativa e a inclusão dos cidadãos. Além disso,

as proposições apresentadas podem ser vistas como uma estratégia discursiva para construir uma narrativa política que enfatiza a importância do bem-estar social, da igualdade social e do papel ativo do Estado na promoção desses objetivos. Essa abordagem busca moldar a percepção pública e consolidar a imagem de um governo comprometido com a justiça social. Nos fragmentos selecionados do corpus observamos elementos discursivos empregados com o propósito de promover a ideia de um governo mais inclusivo e participativo, alinhado com uma perspectiva política de esquerda.

Por outro lado, como regularidade discursiva, o programa de governo de João Dória (PSDB) revela uma perspectiva política que enfatiza o protagonismo da iniciativa privada e das entidades empresariais como atores fundamentais na gestão de projetos urbanos. Isso representa uma estratégia discursiva que busca redefinir o papel do Estado e promover a eficiência na administração pública, influenciando a percepção pública sobre a administração urbana. As propostas indicam a intenção de reduzir a intervenção direta do governo na prestação de serviços, como serviços funerários e manutenção urbana, por exemplo, em prol da transferência dessas responsabilidades para o setor privado. Essa abordagem enfatiza a colaboração público-privada e a transferência de obrigações do Estado para o setor privado, refletindo uma visão política que valoriza a eficiência e busca diminuir a intervenção estatal na gestão urbana.

No entanto, ao transferir a responsabilidade pela prestação de serviços para a iniciativa privada e ao reduzir a responsabilidade do Estado na oferta de serviços essenciais à população, fica oculto o fato de que é, na verdade, responsabilidade do Estado garantir a adequada prestação de serviços para todos os cidadãos. Essa regularidade discursiva, que é característica de abordagens alinhadas com a ideologia política de direita, enfatiza a confiança no mercado e na capacidade da iniciativa privada de impulsionar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

Em suma, a análise comparativa dos programas de governo de Marta Suplicy e João Dória revela duas abordagens ideológicas distintas no que diz respeito à gestão municipal. Enquanto o programa de Marta Suplicy ressalta a importância da participação cidadã, a inclusão social e o papel ativo do Estado na promoção do bem-estar social e da igualdade, refletindo uma perspectiva política de esquerda, o programa de João Dória destaca a eficiência na gestão pública, a parceria com a iniciativa privada e a transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado, alinhado com uma visão política de direita que enfatiza a confiança no mercado.

Essas regularidades discursivas evidenciam como os programas de governo atuam não apenas como instrumentos de comunicação política, mas também como ferramentas de

construção de narrativas políticas específicas. Ao moldar a percepção pública e consolidar imagens políticas, essas estratégias discursivas influenciam profundamente o modo como a sociedade percebe e aceita diferentes abordagens para questões sociais e econômicas. Portanto, a análise dessas regularidades discursivas é essencial para compreender as ideologias subjacentes aos programas de governo e suas implicações para a gestão municipal.

A partir das regularidades discursivas, é possível, em um primeiro momento, perceber as diferenças entre as propostas de ideologias de esquerda e de direita. Enquanto a primeira enfatiza a questão social e busca estabelecer parcerias com a sociedade organizada, a segunda prioriza a colaboração com o empresariado. No entanto, ao realizar uma análise mais detalhada dos enunciados linguísticos, é possível identificar também semelhanças, como evidenciado no enunciado do corpus 13. a., que estabelece uma relação entre bens culturais, lazer, consumo e emprego. O que em princípio, poderia ser associado a uma ideologia de esquerda, mantendo um vínculo com o social, demonstra também características de uma ideologia de direita, com um vínculo com o capital. Desta forma, podemos perceber a influência de alguma forma ambas as ideologias, aproximando, em certos momentos, os dois programas políticos.

É importante destacar ainda, que as estratégias discursivas empregadas em cada programa de governo desempenham um papel fundamental na promoção de agendas políticas específicas e na construção de narrativas particulares sobre a administração urbana. Essas diferenças de abordagem refletem visões políticas que são ideologicamente distintas quando se trata do papel do governo e do mercado na condução das políticas urbanas.

CONCLUSÃO

O exercício da análise do discurso sempre traz a língua não como sistema abstrato “[...] mas com a língua no mundo, com as maneiras de significar, com os homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” (ORLANDI, 2009, p. 13 -14). Dessa forma, considerando a necessidade e a importância de evitar conclusões definitivas, proponho algumas reflexões que apontem para a exploração de outros debates, direções alternativas e estudos adicionais que abordam a intrincada relação entre a materialidade dos discursos e sua capacidade de atribuir significados aos sujeitos e ao espaço urbano.

A cidade é um espaço complexo e multifacetado, onde diferentes discursos são constantemente produzidos e reproduzidos, podendo ser compreendida como um discurso em constante construção. Ao analisar os discursos dos Programas de Governo direcionados aos espaços públicos de São Paulo com base nas teorias da análise do discurso, pudemos desvendar os mecanismos de poder, as estratégias de governamentalidade e as formações discursivas que operam na produção e no controle da cidade. Os discursos da cidade não apenas a descrevem, mas também a constroem e moldam a maneira como a percebemos e vivenciamos. Nesse contexto, a cidade pode ser compreendida como um discurso, um conjunto de significados e práticas que são socialmente construídos.

Os Programas de Governo, como vimos ao longo do percurso, constituem um tipo de discurso institucional que busca estabelecer diretrizes e políticas para a gestão da cidade. Ao examinar esses discursos à luz da perspectiva da análise do discurso, pudemos desvendar os mecanismos de poder e as estratégias de governamentalidade que estão em jogo nos diferentes programas. Os discursos sobre a cidade, aplicados ao planejamento institucional, nos permitem examinar como os discursos produzidos por instituições governamentais e outros atores influenciam a forma como a cidade é planejada, desenvolvida e governada. Através dos Programas de Governo, pudemos observar os elementos ideológicos, as diferentes representações da cidade e as estratégias discursivas utilizadas para legitimar determinadas ações e posições.

A análise dos Programas de Governo revelou lacunas, contradições e silenciamentos presentes no planejamento institucional. Por exemplo, as questões de desigualdade social, segregação espacial e direito à moradia são abordadas, mas em parte negligenciadas nos discursos e nas práticas de planejamento. Observar o planejamento institucional de São Paulo

proposto nos Programas de Governo sob a perspectiva da análise do discurso nos possibilitou compreender como os discursos oficiais constroem determinadas narrativas sobre a cidade, como essas narrativas moldam as políticas urbanas e como elas afetam diferentes grupos sociais e áreas geográficas.

Os discursos são construídos socialmente e desempenham um papel fundamental na elaboração e articulação das propostas dos Programas de Governo. As estratégias discursivas utilizadas têm como objetivo persuadir e mobilizar os eleitores, criando uma imagem positiva do partido ou candidato, transmitindo confiança e conquistando o apoio do eleitorado. A partir da análise dos Programas de Governo das campanhas do PT (2000) e do PSDB (2016), pudemos observar semelhanças e diferenças características do modo como esses partidos são concebidos no âmbito de suas ideologias. Enquanto Marta Suplicy (PT) defendeu de certa forma um governo mais coletivo, com ênfase na gestão participativa, na transparência e na divisão da cidade em subprefeituras, com conselhos de representantes e orçamento participativo, Dória (PSDB) propôs uma forma de governo mais pragmática e conservadora, com foco na descentralização e parcerias com o setor privado para ampliar os investimentos.

Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar tanto continuidades quanto rupturas nos discursos dos mandatários, especialmente no que diz respeito às suas propostas durante as eleições e às práticas políticas adotadas durante seus mandatos. Essas mudanças discursivas não foram acompanhadas por transformações significativas na atuação política, o que acabou por reforçar as hierarquias sociais existentes e contribuir para a manutenção de um sistema desigual. A análise das dinâmicas de produção do espaço urbano na cidade de São Paulo nos permitiu observar como a cidade é planejada e construída por meio de mecanismos, estratégias e táticas que refletem as relações de poder e conhecimento que permearam sua história desde suas origens.

Os Programas de Governo desempenham um papel fundamental na articulação de estratégias de governamentalidade, refletindo as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade. Essas estratégias e mecanismos são estabelecidos com o intuito de exercer controle e governança sobre a população. O poder não se concentra em um único lugar, mas se manifesta de maneira dispersa, atravessando todas as relações sociais. Dessa forma, os Programas de Governo são espaços em que ocorre a materialização e a reprodução dessas dinâmicas de poder, por meio das quais são estabelecidas práticas e políticas que moldam a vida coletiva e as relações de poder na sociedade.

Em última análise, com a finalidade de explorar as consequências e significados no desenvolvimento urbano a partir de uma abordagem conceitual da cidade, conforme delineado

ao longo desta dissertação, alcançamos uma compreensão do processo que normaliza uma narrativa urbana para alguns e revela como certos grupos são marginalizados ou invisibilizados. Ao analisar o discurso dos Programas de Governo, é importante considerar não apenas o que é dito, mas também o que é silenciado. Foucault (1999) enfatizou que o poder também se manifesta através da exclusão e da repressão de certos discursos e práticas. Portanto, devemos investigar quais grupos sociais e interesses são marginalizados ou invisibilizados nos discursos oficiais da cidade. Ao explorarmos as diversas facetas desse fenômeno discursivo vinculado às dinâmicas sociais, torna-se crucial considerar não apenas os elementos textuais explicitamente presentes nos programas de governo, mas também os silêncios, lacunas e exclusões que permeiam tais construções discursivas.

Isso ressalta a importância de ampliar as perspectivas analíticas no estudo do discurso urbano, considerando as diversas formas como as narrativas são construídas e influenciam diferentes segmentos da sociedade, revelando as complexidades inerentes à produção de significados e proporcionando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e relações de poder subjacentes ao planejamento urbano. Ademais, a análise do discurso nos instiga a examinar as estratégias retóricas na construção das narrativas urbanas, identificando discursos hegemônicos que moldam a percepção da cidade. Isso implica considerar quem detém o poder discursivo no contexto urbano, quais vozes são amplificadas ou silenciadas, e como os discursos urbanos podem ser utilizados como instrumentos de controle social ou resistência.

Nesse contexto, a análise do discurso urbano emerge como forma de desvendar as complexidades inerentes à produção de significados, proporcionando uma compreensão das interações entre linguagem, poder e espaço urbano. Através desta abordagem mais abrangente, somos capazes de desvelar as múltiplas camadas de significado presentes nas narrativas urbanas, contribuindo assim para uma reflexão mais crítica sobre as implicações sociais e políticas do planejamento urbano. Essa análise visa ainda, contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos processos de governança urbana e para a promoção de espaços públicos mais inclusivos, participativos e democráticos. Além disso, busca-se promover uma reflexão sobre alternativas e transformações possíveis para uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **O Vocabulário das Instituições Indo-Europeias**. Volume I - Economia, Parentesco, Sociedade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995a.

_____. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Volume II - Poder, Direito, Religião. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2011. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.59-60.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. **A história da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3111617/mod_resource/content/1/Michel%20Foucault-A%20Ordem%20do%20Discurso%20%282004%29.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980 / Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009. Disponível em: <https://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-do-governo-dos-vivos.pdf>. Acesso: 20 set. 2020.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Disponível em: <https://ppgjs.uff.br/wp-content/uploads/sites/81/2021/06/Em-defesa-da-Sociedade.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004 [1979].

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P.(Orgs) **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1983].

_____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: população rural e urbana 2015**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso: 16 set. 2020.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; BRITO, Priscila. As ocupações dos sem-Teto na Discursividade da Cidade. In: ORLANI, Eni P. **Cidade Atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. **A revitalização urbana cidades – contributos para a definição de um conceito operativo**. Comunidades e Territórios, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/9228-Article%20Text-26046-1-10-20160502%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/9228-Article%20Text-26046-1-10-20160502%20(1).pdf) Acesso: 02 dez. 2022.

NUNES, José H. **A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico**. *RUA* (UNICAMP), v. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=5. Acesso: 29 mai. 2022.

ORLANDI, Eni P. A desorganização cotidiana. **Escritos: percursos sociais e sentidos nas cidades**. v. 1, p. 3-10, 2001. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>. Acesso: 15 set. 2020.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 3. ed. Capinas, SP: Pontes. 2009.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **N/O limiar da cidade**. *RUA*, Campinas, SP, v. 5, p. 7–19, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp.61-161, 1993.

_____. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Traduzido por José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos. n. 19. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990 [1982].

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p.73-92.

PROGRAMA DE GOVERNO. JOÃO DÓRIA. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

PROGRAMA DE GOVERNO. MARTA SUPLICY. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 27 abr. 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. **São Paulo: o planejamento da desigualdade**. São Paulo: Fósforo, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da USP, 2006. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso: 03. Mar. 2023.

SÃO PAULO. **Gestão Urbana. 2016**. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Cartilha-Lei-Cidade-Limpa.pdf>. Acesso: 11 jan. 2021.

_____. **Prefeitura de São Paulo. 2021**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=229862>. Acesso: 11 out. 2021.

_____. **Programa de Metas da Cidade de São Paulo. 2017**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/planejamento/programa_de metas_20172020/. Acesso: 11 out. 2021.

_____. **Emenda nº 30 à Lei Orgânica do Município de São Paulo. 2008**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/emenda-a-lei-organica/2008/3/30/emenda-a-lei-organica-n-30-2008-acrescenta-dispositivo-a-lei-organica-do-municipio-de-sao-paulo-instituindo-a-obrigatoriedade-de-elaboracao-e-cumprimento-do-programa-de-metas-pelo-poder-executivo>. Acesso: 11 jan. 2021.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/populacao-paulista-cresceu-20-de-2001-a-2021/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SOUZA, Pedro. Dentro e fora: violência e irrupção urbana em cidades médias. **Escritos: percursos sociais e sentidos nas cidades**. v. 1, p.11-16, 2001a. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>. Acesso: 15 set. 2020.

_____. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In: ORLANI, Eni P. **Cidade Atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001b.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WILHEIM, Jorge. Planejamento urbano de São Paulo. **Espaço Urbano E Inclusão Social - A Gestão Pública Na Cidade De São Paulo**. GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto Garibe (Orgs). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual**. RUA – Revista do Núcleo e Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, n. 04, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640628/8179>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ANEXOS

ANEXO A – PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE GOVERNO DE MARTA SUPLYCY SELECIONADA PARA O ESTUDO

DIRETRIZES

Programa de Governo Muda São Paulo³⁶

I. Um novo modo de governar São Paulo

O governo do PT fará uma grande revolução no modo de governar a cidade, criando mecanismos públicos de controle sobre a ação de governo. E também novos mecanismos de participação e de decisão que vão permitir maior transparência no funcionamento da máquina e maior interferência dos cidadãos.³⁷

Para governar a cidade, o PT se compromete a implementar:

- 1) Orçamento Participativo: É o eixo de uma política de participação que envolve a ativação de espaços públicos não estatais (como os conselhos setoriais e de segmentos vulneráveis) e o compromisso da convocação de um Congresso da Cidade para discutir políticas de desenvolvimento e planos estruturais a médio e longo prazos.
- 2) Descentralização: Criação de subprefeituras e Conselhos de Representantes, de modo a superar as desigualdades existentes na cidade, democratizando o poder político, o desenvolvimento econômico local, e dando maior eficiência às políticas sociais;
- 3) Modernização administrativa: Com a revisão de processos de trabalho, a alteração do layout dos espaços, a valorização dos servidores e a aplicação intensa de Tecnologia de Informação, implanta-se um processo de modernização administrativa e um novo modelo de gestão onde a máquina pública abandona a lógica internista e burocrática, colocando cidadão e cidadã como foco central do trabalho da Prefeitura.
- 4) Gestão participativa das relações de trabalho nos serviços prestados e incentivo ao desenvolvimento com emprego e geração de renda, por meio da adoção de mecanismos

³⁶ Programa de Governo Muda São Paulo, da candidata Marta Suplicy. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/nova_prefeitura_programa_de_governo.shtml. Acesso em: 28 abr. 2023.

³⁷ Os trechos com realce na cor cinza marcam os fragmentos utilizados nas análises.

participativos que incorporem organizações empresariais, sindicais e de apoio e assessoria na área.

5) Ação metropolitana: Fazer com que a Prefeitura assuma a liderança dos municípios da Região Metropolitana trazendo solução para os problemas estruturais de meio ambiente, resíduos sólidos, transporte e desenvolvimento regional, e promovendo a constituição de consórcios intermunicipais e fóruns regionais como foi feito no ABCD.

6) Regulação Participativa dos Serviços Sociais: Além do orçamento participativo, processo que se foca na administração dos recursos e dos atos de gestão financeira do governo, o governo do PT vai implantar um processo de fiscalização, regulação participativa e de controle social dos serviços e bens públicos, com base no direito constitucional ao acesso aos serviços de infraestrutura como requisito para o exercício da cidadania. Para isso, a gestão petista vai criar um Conselho Municipal dos Serviços Públicos, um órgão de representação do poder público e da sociedade com funções técnicas.

III. Espaço Público e Melhoria Urbana (Diretrizes de Política Urbana)

A proposta de política urbana pretende enfrentar a crise da cidade construindo uma nova estratégia de governo que incida sobre a exclusão territorial e degradação do ambiente urbano, ampliando a cidadania.

Trata-se de repactuar a cidade, em conjunto com os cidadãos e suas representações políticas, definindo e implementando um plano de ação integrado a todos os setores, que considere a especificidade da crise da cidade, o impacto dos processos de reestruturação produtiva sobre o território e as dinâmicas e recursos - sociais, políticos, materiais existentes, em várias escalas e níveis: bairro, núcleo ou conjunto, distrito, região/subprefeitura, cidade, metrópole, macro metrópole.

Para cada um destes níveis pode-se formular estratégias de intervenção que reconstruam o território e sua forma de gestão, mobilizando para isto os instrumentos de que dispõe uma prefeitura:

- a. formas de indução e controle do uso e ocupação do solo através de estratégias de regulação;
- b. investimentos diretos em infra-estrutura e urbanismo;
- c. gestão do metabolismo urbano (controle dos fluxos e destinação dos refugos);
- d. programas sociais; programas de desenvolvimento econômico;

e. programas de ampliação da responsabilidade pública e da cidadania.

Os eixos estratégicos propostos para essa intervenção são:

- a. descentralização das oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano;
- b. recuperação do ambiente urbano;
- c. repovoamento das áreas centrais e urbanização das periferias;
- d. construção de um pacto pela universalidade da cidade e controle social da gestão

A estratégia de descentralização das oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano procura abrir e multiplicar espaços de inclusão na cidade, através de:

- a. acesso democrático aos centros de emprego, consumo, lazer e cultura;
- b. projetos de incentivo ao desenvolvimento local em espaços com alta concentração demográfica;
- c. incidência na matriz de geração de viagens;
- d. articulação de ações urbanísticas, de desenvolvimento econômico e de inclusão social;

A estratégia de recuperação do ambiente urbano é uma ação sócio ambiental que redefine a gestão e o controle dos fluxos e resíduos urbanos e requalifica os espaços públicos, de forma a:

- a. diminuir os níveis de contaminação ambiental;
- b. reduzir os riscos urbanos;
- c. melhorar significativamente a paisagem;
- d. priorizar o conforto dos pedestres, das crianças e idosos

A estratégia de repovoar os bairros consolidados e urbanizar as periferias é uma ação que incide simultaneamente sobre as áreas que perderam população moradora e/ou sofreram mudanças de uso, aumentando os espaços de moradia e usos mistos e sobre os assentamentos precários, instituindo um patamar básico de direito à cidade.

Estas estratégias implicam na construção de formas de cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal bem como o estímulo e incentivo à cooperação do poder público com organizações da sociedade civil e setores empresariais, pautados pelo objetivo da redistribuição da renda e poder na cidade.

ANEXO B – PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE GOVERNO DO CANDIDATO JOÃO DÓRIA SELECIONADA PARA O ESTUDO

PROGRAMA DE GOVERNO PREFEITO JOÃO DÓRIA VICE BRUNO COVAS

Acelera São Paulo!³⁸

Sou empresário. Nasci nesta extraordinária cidade que é São Paulo e aqui, aos 13 anos de idade, iniciei minha trajetória profissional. Tenho, portanto, 45 anos de experiência, sendo a maior parte deste tempo como empreendedor e como gestor. Tenho paixão pelo trabalho e tenho paixão por São Paulo.

Como empresário percebo que nossa cidade tem potencialidades desperdiçadas que devem ser transformadas em oportunidades e prosperidade para as pessoas.

Sou candidato à prefeitura de São Paulo escolhido por um processo democrático de prévias no PSDB. Construímos uma ampla coligação que tem objetivos comuns contidos neste Programa de Governo.

Um Programa construído com a participação de centenas de colaboradores voluntários, especialistas, técnicos, gestores, intelectuais, militantes e simpatizantes. Foram ouvidas milhares de pessoas com as quais temos conversado intensivamente nos últimos meses em todas as regiões da cidade. Promovemos uma série de encontros com a comunidade, seminários, palestras e reuniões com entidades movidos pelo mesmo espírito cívico e pelo desejo de transformar nossa cidade num lugar melhor para se viver.

Longe de ser o ponto de chegada, este programa é o ponto de partida de um processo dinâmico, democrático e aberto, que desejamos debater com a sociedade e aprimorar para que eu, sendo eleito, possa torna-lo a principal referência para a elaboração do Plano de Metas e do Plano Plurianual de Investimentos.

Definimos cinco princípios que permeiam as diretrizes aqui apresentadas e que nortearão a nossa gestão: descentralização, participação, inovação, eficiência e transparência.

Descentralização para levar políticas públicas a todas as partes da cidade que não estão sendo atendidas, para reduzir as imensas desigualdades no território da nossa cidade; participação para democratizar a gestão e trazer o cidadão para acompanhar e avaliar as políticas públicas; inovação para uma gestão criativa, afinada com o que há de mais moderno nas grandes metrópoles; eficiência para gerir o tributo pago pelo cidadão e prover mais e melhores serviços

³⁸ Programa de Governo Acelera São Paulo, do candidato João Dória. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2016/10/26/proposta_governo1471620086520.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

públicos para as pessoas; e transparência para tornar a Administração Municipal aberta ao controle social.³⁹

Este programa está dividido em 4 eixos programáticos de desenvolvimento: social, econômico, urbano sustentável e institucional.

São Paulo não pode mais andar para trás. É preciso promover as transformações que elevarão a competitividade da nossa cidade, gerando mais empregos e oportunidades, que preservarão o meio ambiente e irão melhorar a qualidade de todos que aqui vivem e que farão de São Paulo um lugar para as atuais e futuras gerações.

João Doria

Projetos Especiais

- Criar mecanismos institucionais adequados para implementação de projetos em parcerias público-privadas, concessões e desestatizações para implementação de projetos que produzam espaços de qualidade na cidade, ampliando significativamente a atuação da iniciativa privada e de entidades representativas dos empresários e da sociedade organizada
- Implementar Projetos de Requalificação Urbanística em parceria com associações representativas da região impactada, para melhoria do espaço público, da paisagem urbana e da atratividade para os que o utilizam;
- Delegar à iniciativa privada, na forma de concessão, a prestação dos serviços funerários e a administração dos cemitérios municipais, cabendo à Administração Pública a responsabilidade pela fiscalização e regulação das atividades concedidas;
- Prestar serviços de zeladoria à cidade em micro áreas delimitadas, em conjunto com a iniciativa privada, em regime de parceria público-privada, consistentes em constante recapeamento, diuturna pintura de faixas e guias, intensa varrição, corte preventivo e remoção de árvores, ajardinamento, ordenação do trânsito, uso adequado de caçambas, limpeza eficaz de bueiros, manutenção intensa e conservação dos pontos de ônibus, com fiscalização pelas Prefeituras Regionais.
- Estudar modelagens de parcerias com a iniciativa privada para definir novos usos e ampliar investimentos em equipamentos como o Estádio do Pacaembu, Complexo Anhembi; Autódromo e Kartódromo de Interlagos, Jóquei Clube e outros.

³⁹ Os trechos com realce na cor cinza marcam os fragmentos utilizados nas análises.